



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

JAMILLE SANTOS RAMOS

**CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESPAÇO URBANO DE JACOBINA -
BAHIA**

JACOBINA – BAHIA

2018

JAMILLE SANTOS RAMOS

**CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESPAÇO URBANO DE JACOBINA -
BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade do Estado da
Bahia – Departamento de Ciências
Humanas, como parte das exigências
para obtenção do título de licenciada em
Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Ma. Liliane Matos Góes

JACOBINA – BAHIA

2018

JAMILLE SANTOS RAMOS

**CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESPAÇO URBANO DE JACOBINA -
BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade do Estado da
Bahia - Departamento de Ciências
Humanas, como parte das exigências
para obtenção do título de licenciada em
Geografia.

Jacobina, 06 de dezembro de 2018.

Prof.^a Ma. Liliane Matos Góes

UNEB/ DCH (CAMPUS IV)

Prof. Dr. Silas Nogueira Melo

UEMA

Prof.^a Dra. Caroline Santos Silva

UNEB/ DCH (CAMPUS IV)

AGRADECIMENTOS

Durante todos esses anos de vida acadêmica, recebi uma significativa ajuda e apoio de inúmeras pessoas que me proporcionaram chegar a concretização desse trabalho e seguir rumo à conclusão de curso. Nesse sentido, deixo em registro meus agradecimentos e sentimento de gratidão a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a finalização desta pesquisa. Em especial a Universidade do Estado da Bahia, ao corpo docente do curso de Geografia que me potencializou para caminhar ao conhecimento, ao Coletivo Kizomba, Enegrecer e o Grupo de Estudos de Gênero e Feminismos Carolina de Jesus pelo despertar do interesse a temática e pela luta, proporcionando excelentes debates.

Aos meus colegas de curso, aos meus familiares que me apoiaram nessa jornada, fazendo com que eu permanecesse na Universidade e me dedicasse exclusivamente a ela, as minhas amigas, amigos e meu companheiro de vida pela paciência e compreensão pelos dias de solidão e dedicação a esse trabalho, ao Ministério Público e a promotora da vara criminal de Jacobina Tarsila Honorata pela recepção, a Elis Lopes coordenadora do CRAM, a Vanessa Santiago e Tâmara Borges pelo auxílio na coleta dos dados e a minha orientadora Liliane Matos Góes pela seriedade que orienta, acreditando em minha pesquisa me adotando desde 2017.1.

"[...] Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar" (LORDE, 1977).

CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESPAÇO URBANO DE JACOBINA - BAHIA

RESUMO

As discussões voltadas para os problemas urbanos são emergentes no âmbito da Geografia, podendo destacar os problemas voltados para a criminalidade. Neste sentido, podemos destacar a criminalidade voltada para a perspectiva de gênero, tendo como crime principal o crime de violência doméstica, levando em consideração que os países da América Latina, apresentam notificações alarmante voltadas para a violência doméstica e crime de feminicídio baseado na condição do gênero. Diante dessa realidade, buscou-se através deste trabalho compreender o crime no âmbito local. O presente trabalho discorre sobre as questões de gênero na cidade de Jacobina e tem como objetivo principal espacializar a violência doméstica contra a mulher no espaço urbano de Jacobina, tendo como recorte temporal os anos de 2017 a 2018. Assim, a pesquisa tem abordagem quantitativa trabalhando com taxas a partir de 10 mil habitantes, com alcance descritivo e exploratório a partir do formulário de atendimento do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). A pesquisa buscou mapear e tipificar os espaços de crime, traçando um perfil das mulheres em situação de violência e o nível de escolaridade de cada uma. Este trabalho será disponibilizado aos órgãos públicos e os possibilitará ações alternativas de prevenção a violência da mulher. No que se refere aos resultados, esta pesquisa constatou 155 notificações de violência doméstica, sendo que dentre as mulheres em situação de violência, as que mais estão em vulnerabilidade são as que se declaram pretas e pardas em dados absolutos. Das tipificações da violência contra a mulher, em média as vítimas sofrem de 3 a 5 tipos de violência, sendo em sua maioria: violência física, psicológica e moral. Em relação aos espaços que estas mulheres residem, a maioria das vítimas moram em conjuntos habitacionais.

Palavras-chave: Geografia do Crime. Violência doméstica. Sistema de Informação Geográfica.

CRIMES OF DOMESTIC VIOLENCE IN THE URBAN AREA OF JACOBINA - BAHIA

ABSTRACT

The discussions focused on urban problems are emerging within the scope of Geography, being able to highlight the problems related to crime. In this sense, we can highlight the criminality focused on the gender perspective, having as main crime the crime of domestic violence, taking into consideration that the countries of Latin America, present alarming reports focused on domestic violence and crime of femicide based on the condition of the genre. Faced with this reality, we sought through this work to understand crime at the local level. The present study deals with gender issues in the city of Jacobina and its main objective is to spatialize domestic violence against women in the urban space of Jacobina, having as a temporal cut the years 2017 to 2018. Thus, the research has a quantitative approach working with rates starting at 10 thousand inhabitants, with a descriptive and exploratory scope based on the service form of the Reference Center for Assistance to Women (CRAM). The research sought to map and typify crime spaces, tracing a profile of women in situations of violence and the level of schooling of each. This work will be made available to public agencies and will enable them to take alternative actions to prevent women's violence. Regarding the results, this study found 155 reports of domestic violence, and among those women in situations of violence, those who are most vulnerable are those that declare black and brown in absolute data. Of the typifications of violence against women, on average, victims suffer from three to five types of violence, most of them physical, psychological and moral violence. Regarding the spaces that these women live in, the majority of the victims live in housing estates.

Keywords: Geography of Crime. Domestic violence. Geographic Information System.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da Teoria de Atividade de Rotina.....	21
Figura 2 – Ciclo de violência doméstica.....	26
Figura 3 – Fluxograma de Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher.....	28
Figura 4 – Mapa de localização do município de Jacobina, Bahia.....	33
Figura 5 – Formula para cálculo das taxas a cada 100 mil habitantes.....	37
Figura 6 – Fluxograma dos procedimentos metodológicos.....	38
Figura 7 – Delimitação dos bairros da cidade de Jacobina.....	40
Figura 8 – População residente de mulheres, por situação do domicílio, município de Jacobina - Bahia.....	41
Figura 9 – População residente de mulheres, por cor ou raça, município de Jacobina Bahia.....	42
Figura 10 – População residente de mulheres, por cor ou raça e situação do domicílio, município de Jacobina - Bahia.....	43
Figura 11 – Faixa etária das mulheres em situação de violência em Jacobina, Bahia.....	43
Figura 12 - Distribuição das taxas populacionais a cada 10 mil mulheres em situação de violência doméstica em Jacobina, Bahia (2017-2018).....	45
Figura 13 – Quantificação de violência doméstica a partir da autodeclaração.....	46
Figura 14 – Análise do nível de escolaridade das mulheres em situação de violência, em Jacobina- Bahia.....	47
Figura 15 – Quantidade média de violência contra a mulher individualmente.....	48
Figura 16 – Quantificação absoluta dos tipos de violência contra a mulher.....	49
Figura 17 – Demonstração para análise da vitimização repetida.....	50
Figura 18 - Taxa mensal de mulheres em situação de violência 2017-2018.....	50
Figura 19 – Mapa de notificação total por bairros.....	51
Figura 20 – Mapa de hotspots – Violência doméstica (2017-2018).....	52

LISTA DE SIGLAS

BO	Boletim de Ocorrência
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IMP	Instituto Maria da Penha
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica
MP	Ministério Público
OEA	Organização dos Estados Americanos
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPM	Secretária de Políticas para Mulheres
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISAO DE LITERATURA.....	14
2.1 Geografia do Crime.....	14
2.1.1 Teoria da Desorganização social.....	19
2.1.2 Criminalogia Ambiental.....	20
3 O ESTUDO DE GÊNERO.....	23
3.1 Violência Doméstica.....	24
4 O TERRITORIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE.....	29
5 MATERIAL E MÉTODOS.....	32
5.1 Localização da área de estudo.....	32
5.2 Caracterização do Centro de Referencia de Atendimento à Mulher (CRAM)...	33
5.3 Procedimentos metodológicos.....	35
5.4 Procedimentos e coleta dos dados.....	38
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
6.1 Perfil das mulheres de Jacobina, Bahia.....	41
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXOS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O interesse em discutir essa temática voltada para as questões de gênero e violência contra mulher teve início em 2016, em contato com o Grupo de Estudos de Gênero e Feminismos: Carolina de Jesus, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Departamento de Ciências Humanas – Campus IV. A pesquisa pautou-se nas discussões acerca de criminalidade, buscando compreender a configuração e os agentes produtores desses espaços, evidenciando o cotidiano e ações de segregação.

Nesse sentido, sua importância se configura para além da Geografia, pois se insere nas discussões das ciências sociais, filosóficas e jurídicas, discutida também com os movimentos sociais, portanto, compreende-se como uma questão que abrange diversas áreas do conhecimento. De acordo com Batella (2010, p.535), “a Geografia tem muito a oferecer para o estudo da dimensão espacial da criminalidade, porém é importante destacar que esta empreitada demanda interações com outros campos do conhecimento”.

A abordagem da Geografia do Crime encontra alguns obstáculos a serem enfrentados, uma vez que a discussão ainda é intimidadora no meio acadêmico, pois ganhou maior notoriedade a partir de década de 80, no século XX. Outro fato importante que contribuiu para a ampliação desse debate, diz respeito às regulamentações e decretos recentes, que podem ser entendidos como questões relevantes para a Geografia, possibilitando analisar as desigualdades de gênero, sendo observado a partir da Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), conhecida como lei Maria da Penha.

Partindo do pressuposto de que as questões centradas na violência doméstica contra a mulher são fundamentadas do mecanismo da sociedade patriarcal, em que a figura do homem possui poder nas questões de liderança, questões morais, privilégios sociais, este trabalho teve como objetivo geral espacializar o crime de violência doméstica contra a mulher no espaço urbano de Jacobina-Bahia, tendo como recorte temporal os anos de 2017 e 2018. A escolha para essa temporalidade deu-se a partir da data de implantação do CRAM (Centro

de Referência de Atendimento à Mulher) em Jacobina, totalizando um ano de trabalho.

Esta pesquisa foi auxiliada a partir das ferramentas do Sistema de Informação Geográfica (SIG). Para tanto, seus objetivos específicos foram: coletar dados voltados para a violência contra a mulher a partir do formulário de atendimento do CRAM; caracterizar o perfil das mulheres em situação de violência doméstica; tipificar as violências e compreender o nível de escolaridade. Além de contribuir para um observatório do crime e análise crítica, esta pesquisa visou disponibilizar os mapas temáticos para o Ministério Público e Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Mariene Soares, que foi instalado no dia 19 de abril de 2017 na cidade de Jacobina-BA. O CRAM é um serviço de atendimento e enfrentamento de violência doméstica e familiar que está inserido nas ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres apresenta os seguintes objetivos: reduzir todas as formas de violência contra as mulheres, fortalecer a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, garantir o atendimento às mulheres em situação de violência, serviços especializados e qualificação (BRASÍLIA, 2011a).

As questões norteadoras dessa pesquisa estão centradas em investigar as ocorrências de crimes de violência doméstica¹ contra a mulher em Jacobina. Desse modo, foram levantados os seguintes questionamentos norteadores: em quais bairros os crimes de violência doméstica se destaca na cidade? Quais os tipos de violência sofrem as mulheres de Jacobina? Tendo em vista que as discussões voltadas para essa temática ganharam maior destaque nos últimos anos, vale ressaltar que, de modo paradoxal houve o aumento de agressões voltadas às mulheres negras, comprovado pelo Mapa da Violência 2015 (WASELFISZ, 2015).

Vale destacar que a literatura sobre as discussões da Geografia do crime no Brasil inicialmente foram introduzidas a partir da contribuição de Massena (1986). Atualmente os principais autores dessa discussão são: Melo e Matias (2015; 2016); Melo (2017); Diniz (2011); Viegas, Lacerda e Diniz (2013); Borges e Diniz (2013);

¹ Lei nº 11.340/06 e do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 3.914.

Costa et al. (2013); Brandão e Diniz (2013); Batella e Diniz (2009); Cruz (2011; 2015); Cruz e Sá (2013).

A escolha do território como categoria de análise deu-se a partir da ordem conceitual em que está segmentado. Podendo ser compreendido, sobretudo, como espaço delimitado a partir das relações de poder. Além das questões de ordem de identidade, geoecológicas, produção de recursos, o *Leitmotivé*², para a compreensão do território é entender quem domina ou influencia e como domina ou influencia o espaço? (SOUZA, 1995, p.78-79).

A violência contra as mulheres pode ser analisada a partir das questões de raça/etnia. Um estudo constatou que os crimes contra as mulheres negras aumentaram cerca de 54,8% em 10 anos, e os crimes voltados para as mulheres brancas diminuiu 9,6% (WAISELFISZ, 2015). Estudar a temática de gênero possibilita discutir as vivências a partir da interseccionalidade³. Referente a isso, Ribeiro (2014) aponta que para falar sobre políticas públicas para mulheres é necessário nomear para quem estas políticas será destinada, uma vez que todos os indivíduos partem de experiências diferentes, não hierarquizando as opressões, mas pensando a partir de algo comum.

Esta pesquisa está organizada em seções, sendo que na seção primária traz discussão de ordem conceitual e teórica da Geografia do Crime, no que se refere à Geografia, amparada nos principais autores que deram embasamento a esta pesquisa: Batella (2010); Melo e Matias, (2015; 2016); Melo, (2017), por trabalhar com o crime sob a ótica da análise espacial e a partir do conceito de Geografia do Crime, vitimização repetida. Discorre-se acerca do Código Penal Brasileiro, apresentando a diferença entre crime e violência, posteriormente, apresenta discussão sobre as teorias que fundamentaram os estudos da criminologia, destacando também o crime sob as questões sazonais.

²leitmotivé [laitmotífe] (palavra alemã Leitmotiv que significa "motivo condutor"). Frase, fórmula que surge com frequência numa obra literária, num discurso, etc.

³Termo criado na década de 90, do século XX, pela feminista Kimberlé Williams Crenshaw. Formulou a ideia de não existência de hierarquização de opressão, apontando que as questões de gênero, raça e classe estão subordinadas sobre a mesma estrutura. Preocupou-se em relacionar as opressões existentes para além do machismo (RIBEIRO, 2017, p. 99).

No que se refere a segunda seção, foram discutidas as questões do crime tendo o gênero como categoria de análise científica a partir da Lei nº 11.340/06, em particular, violência doméstica, ao apresentar o histórico para a fundamentação desta lei, a criação de políticas, serviços e documentos de referência (BRASÍLIA, 2006, 2011a, 2011b, 2016). No que se refere à Geografia, os principais autores que deram embasamento a esta pesquisa foram Silva e Silva (2014), por destacar as questões de gênero, interseccionalidade e sexualidades sob a ótica da análise espacial. Beavouir (2009) e Scott, (1989) que discutem as categorias de gênero, sexualidade e a perspectiva feminista.

Posteriormente, a seção 3 apresenta detalhadamente os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos da pesquisa, sendo eles: levantamento bibliográfico, coleta de dados para a base quantitativa da pesquisa e descritiva, e pesquisa de laboratório por meio do Sistema de Informação Geográfica (SIG) Quantum GIS (versão 2.18). Para finalização do trabalho, a seção 4 apresenta os dados a partir das discussões e resultados dos crimes, e por fim considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Geografia do Crime

O processo de urbanização e desenvolvimento das cidades possibilitou discutir pautas importantes em vários níveis da escala geográfica. A partir do crescimento das cidades o espaço apresentou fenômenos correlacionados referentes aos segmentos do crime e da violência. A década de 60, do século XX, apresentou dois marcos importantes para a compreensão desta pesquisa: o processo crescente da criminalidade brasileira até os dias atuais e o início dos surgimentos de novos paradigmas e produção científica da Geografia do Crime. Tendo em vista que a Geografia passou a ser considerada como um suporte para as demais áreas da pesquisa, isto trouxe novos aperfeiçoamentos para os métodos de descrição do espaço geográfico (AMORIM FILHO⁴, 1983, apud BATELLA, 2010).

Na década de 1960, a comunidade de Geógrafos Anglo-Americanos demonstrou preocupação com os problemas de ordem social. Neste período a Inglaterra e os Estados Unidos vivenciavam um momento de crise econômica e social. Esta crise provocou um descontentamento acerca das abordagens utilizadas pela ciência geográfica, apontando para a chegada de uma revolução na Geografia Humana (BATELLA, 2010, p. 526).

Referente ao recorte dos fenômenos voltados para a criminalidade e violência no Brasil, no final da década de 1970 o governo do Rio de Janeiro criou comissões para discutir a dinâmica do crime. Estas comissões foram amparadas pelos estudos das ciências sociais e jurídicas. Até aquele momento, o país não possuía uma base de dados voltadas para quantificação de crime e violência, não permitindo então construir indicadores criminais. Em 1980, o Ministério da Justiça determinou que as pesquisas baseadas na vitimização e na criminalidade fossem solidificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (MASSENA, 1986, p. 285).

O estudo acerca da Geografia do crime pode ser considerado recente quando nos limitamos aos estudos brasileiros. A partir das observações de Santos (2016, p.92) constatou-se que as abordagens voltadas para as questões de cunho criminal

⁴ AMORIM FILHO, O. B. A produção do espaço e a análise geográfica. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 1, n.3, p.18-26, mar. 1983.

sempre foram discutidas nas áreas da sociologia, antropologia, psicologia, dentre outras. Somente a partir da década 1980, que as discussões nessa perspectiva se desenvolveram na Geografia, a partir das contribuições de Massena (1986) que é considerada como uma das principais percussoras da Geografia do Crime, por a mediante pesquisa intitulada “Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana de Rio de Janeiro”.

De maneira paradoxal os países da América Latina pouco exploram o debate sobre os estudos da Geografia do Crime, entretanto apresentam taxas elevadas no que de crime violento, registrando cerca de mais de 100 mil homicídios em 2011(MELO, 2017, p. 18). Ferreira (2005, p.156) aponta que “nem sempre a violência cotidiana termina em morte, a morte revela a violência levada ao extremo. Os homicídios são a parte visível de uma realidade complexa”. Neste sentido, para o entendimento desta pesquisa é necessário fazer a distinção entre Crime e Violência. Nesta perspectiva, Zaluar⁵ (1999), (*apud* MELO 2017) considera que violência:

[...] vem do latim *violentia* que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente.

Ainda a respeito do conceito de violência, Misse (2004, p.1) destaca violência como “a força que se usa contra o direito e a lei. [...]. Termo que passou a significar qualquer ruptura da ordem a qualquer emprego de meios de impor ordem”.

O Código Penal Brasileiro, instituído pela Lei nº 3.914 (BRASIL, 1941) conceitua crime como “infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção”. A legislação penal brasileira classifica os crimes em: contra a pessoa (homicídio consumado e suas tentativas), crimes contra o patrimônio, (roubos, furtos extorsão mediante de sequestro), crimes contra a segurança pública sendo os que atentam contra a saúde pública: o consumo e tráfico de drogas, os costumes, os tipificados pelos estupros (SANTOS, 2012, p. 29).

⁵ ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n.3, 1999, p. 03-17.

Para Bordin (2009) o crime pode ser configurado a partir da infração da conduta humana, e cuja conduta está baseada em uma doutrina legal, compreendendo como crime os atos e comportamentos codificados em leis penais. Os atos de crime e violência são os resultados das ações humanas em um determinado território, decorrente da interação entre homem-espaco. O crime é caracterizado como subgrupo das diferentes formas de violência, classificando-se crimes violento aqueles que possuem contato direto com a vítima a partir da violência: homicídio, estupro e roubo. Assim, O estudo da geografia do crime tem uma longa história, em décadas recentes, a teoria da desorganização social e a teoria da atividade de rotina vêm sendo usadas para a compreensão da geografia do crime (MELO, 2017, p.19-20).

Os criminólogos apontam o crime a partir de quatro segmentos: a dimensão legal, que compreende as criações das leis, manutenção e interpretação; a dimensão do ofensor/criminoso/delinquente, preocupada com a motivação dos ofensores e como esta motivação varia a partir do tempo; a dimensão da vítima, busca compreender porque os grupos e/ou lugares particulares são vítimas do crime; e dimensão espacial (ou situacional), preocupada com os aspectos espaciais e/ou temporais do crime (BRANTINGHAM⁶ 1981, *apud* MELO, 2017). Nesse sentido, o crime pode ser compreendido como uma realidade de ordem coletiva, não sendo restrita a uma prática individual (SANTOS, 2012, p. 30). O estudo do crime desempenha o papel de trazer esclarecimento sobre as circunstâncias para o envolvimento de vítimas e das práticas.

A discussão centrada nas questões de gênero e crime mostra sua relevância devido ao seu caráter de correlação com os demais estudos, abrangendo e solidificando os problemas e causas. Os problemas de ordem criminal podem ser compreendidos como um grande alvo para as discussões da Geografia Humana. Esse debate tem se propagado porque a Geografia debruça-se sobre as lacunas não perceptíveis anteriormente, e essa nova análise permite utilizar-se das novas ferramentas geográficas, especializando os fenômenos (RIBEIRO, 2014, p. 25). Nos estudos geográficos as problemáticas sobre o crime e violência tem se destacado a

⁶ BRANTINGHAM, P. L. e BRANTINGHAM, P. J. Introduction: The dimensions of crime. In: BRANTINGHAM, P. J. e BRANTINGHAM, P. L. (eds.). *Environmental Criminology*. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 7 – 26, 1981a.

partir das análises da categoria de território, pois, é neste que se definem as relações de poder (CRUZ, 2013, p. 123).

Os estudos pautados nas problemáticas da criminalidade ganharam maior notoriedade no século XX, na Escola de Chicago, provocando debates voltados para questões dos estudos de ordem urbana, aumento populacional, multiplicação das favelas e aumento da delinquência e do crime (MELO, 2017, p. 24). Nesse sentido, seus estudos partiam de uma análise *macrossociológica*, em que se busca o entendimento da sociedade a partir de um recorte global/ coletivo, de ordem econômica e questões de classes, e por um segmento *biopsicológico*, em que os atos criminais são encarados sob a ótica biológica (BASILIO, 2014, p. 34).

O processo de urbanização das cidades e desenvolvimento industrial foram um dos fatores determinantes para o êxodo rural, que desencadeou uma série de problemas, tais como *macrocefalia urbana*⁷ dos espaços. As aglomerações emergiram no desenvolvimento dos estudos de Burgess (1925) (*apud* MELO 2017) em que originou em um modelo de zonas concêntricas. Estudar esse modelo é compreender as questões dialéticas e como possibilitam as ações do crime.

Santos (2009), aponta que o crime é um fato da realidade social, e que esta prática não é determinada pelo indivíduo, mas sim pela sociedade. Sendo assim, fica evidente a partir da fala da autora que os padrões morais são responsabilizados a partir de uma sociedade. O processo acelerado e desorganizado da urbanização condicionou problemas de ordem social, concentrando nas cidades os grandes índices de crimes e violência, o que levou alguns autores a caracterizar como violência urbana (CRUZ, 2013, p. 117).

Vale destacar que na década de 1980, os estudiosos Harries, Stadler e Zdorkowski basearam-se nos estudos do crime a partir da variação climática, apresentando como a incidência criminal alterava o comportamento humano em consequência da temperatura e sazonalidade. A pesquisa foi desenvolvida em Dallas, nos EUA, tendo o recorte espacial a área urbana. Segundo os estudiosos, a relação entre alta temperatura e incidência criminal seria influenciada a partir das

⁷Termo utilizado a partir do crescente processo de urbanização no século XX, apresentado a problemática voltada para o intenso êxodo rural, aumentando o contingente das grandes cidades. OLIVEIRA, Helbaneth Macêdo. Verticalização urbana e segregação socioespacial: Crise da cidade quadricentenária. Insitituo de Pesquisa Econômica Aplicadas, 2017.

variáveis: densidade estrutural, consumo de álcool, efeitos do calendário e o contexto de vizinhança.

A densidade estrutural com grandes concentrações de multidões (apartamento, ruas, habitações coletivas) sobre os efeitos de calor influenciaria o comportamento humano para uma tendência agressiva, por haver maior interação. Neste contexto, o consumo de álcool é motivado pelo calor excessivo, impulsionando a crimes violentos, suicídios e acidentes de trânsito. Os efeitos de calendário, interação social, em períodos de férias, finais de semana e feriados, que culmina na procura por lazer fora de casa estimularia o consumo alcoólico, o contexto com a vizinhança, está relacionado a partir das privações relativas a baixa qualidade de vida, constituindo ambientes para propícios difusão criminal (BATELLA, 2010, p.530).

Melo (2017, p.32) aponta que no Brasil existem dois estudos dos principais relacionados às variações espaciais e temporais de crime. O primeiro desenvolvido por Mendonça (2001) ao correlacionar sazonalidade e ocorrências criminais em dez capitais brasileiras (Manaus, Belém, Teresina, Recife, Goiânia, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). No segundo estudo, Ceccato (2005) investigou os padrões espaço-temporais de homicídios na cidade de São Paulo a partir da metodologia de varredura do Kulldorff⁸ e utilizou a temperatura-agressão para explicar a taxa de homicídio.

Mediante ao processo acelerado da urbanização, o território enaltece as questões de cunho social, sendo eles: pobreza, exclusão social e omissão do Estado. Este espaço desassistidos a partir das questões sociais caracterizam espaços excludentes e desiguais. Os espaços de periferia seguem uma ordem em que não atendem as exigências mínimas para a “formalidade”, sendo predominantemente espaços de autoconstrução. Projeta-se espaços desvalorizados, reafirmando a ausência do Estado e das instituições públicas (FERREIRA, 2005, p.158).

De acordo com Cruz (2013, p.117), “o processo acelerado de urbanização e metropolização do país fora acompanhado de uma forte desigualdade territorial e

⁸Baseia-se em círculos posicionados sobre um raio. O círculo é aumentado até conter dentro dele um determinado percentual da população total.

social com uma megaconcentração metropolitana que amplia os problemas sociais”. Segundo Tuan⁹ (2012) apud Ribeiro (2014)

“O mundo é um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro, ele é o reino onde a história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos, e deste ponto de vista deve ser apropriado pela Geografia”.

Como aponta Moreira (2007, p.162), “a Geografia serve para desvendar as máscaras sociais, sendo o Espaço Geográfico essencial para as questões voltadas para a produção social e estruturante da sociedade”. Portanto, os estudos geográficos se debruçam para a compreensão de um novo segmento. Para Carlos (2007, p.162), “a Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial — a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma”.

Analisar o espaço é debruçar-se a partir das relações de vivências dos indivíduos, entendendo a maneira pela qual a realidade foi construída. Estudar a Geografia é se preocupar com as transformações e fragmentações urbanas a partir do ritmo acelerado dessas mudanças que têm, em suas dimensões negativas, a pobreza, o desemprego, a circulação de drogas, a desintegração familiar, a falência das instituições da comunidade etc. (FELIX, 2009, p.3).

2.1.1 Teoria da Desorganização Social

É concebida como Teoria da Desorganização Social os estudos focados no papel dos bairros perante a influência do comportamento criminal, busca-se entender as relações criminais a partir das características da vizinhança. Esta teoria foi baseada nos estudos de Clifford R. Shaw e Henry D. McKay (1942) no começo do século XX. Porém, os testes acerca desta teoria ocorreram somente na Grã-Bretanha por meio da pesquisa de Sampson e Groves (1989), que buscaram entender a presença ou ausência de organização social. Esta análise esta pautada nos indicadores de uma área, pobreza, famílias separadas, urbanização e heterogeneidade étnica (MELO, 2015, p. 367).

9 TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes do meio ambiente/ Yi-Fu Tuan. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

O desenvolvimento das pesquisas pautadas na relação entre espaço e crime ganhou visibilidade através dos pesquisadores da Escola de Chicago. Inicialmente os estudos estavam pautados a partir da delinquência juvenil, entretanto, Clifford Shaw e Henry McKay (1942) demonstraram através da comparação entre séries temporais que a distribuição das taxas de delinquência estava relacionada com alguns fatores sociodemográficos, sendo eles: condições econômicas das áreas delimitadas, composição da nacionalidade da população e sua rotatividade, etc (CRUZ, 2013, p.119).

Estes estudos dialogaram com o processo de industrialização das cidades, sendo a industrialização uma condicionante para os fluxos migratórios, “as cidades começam a acumular riquezas: objetos, tesouros, capitais virtuais. Já existe nesses centros urbanos uma grande riqueza monetária, obtida pela usura e pelo comércio” (LEFEBVRE, 2008, p.4). As cidades expandiram-se e houve um aumento da mobilidade urbana. Os vínculos locais proporcionam um sentimento de unidade, portanto, estes locais podem ser analisados a partir de algumas instituições, sendo elas: escola, igreja e família, coibindo algumas atividades dos indivíduos. Partindo do pressuposto de que os indivíduos tendem a passar menor tempo com estas unidades, os valores comportamentais estariam desestruturados, causando uma desorganização social (BASÍLIO, 2014, p. 35).

O conceito de desorganização social foi criado em referência à ausência de organização entre as pessoas em unidades ecológicas pequenas como: bairros, setores censitários, comunidades. Atualmente este conceito tem sido usado para explicar a criminalidade em maiores unidades, por exemplo: municípios, estados e nações (NÓBREGA JÚNIOR, 2014, p.69).

2.1.2 Criminologia Ambiental

Caracterizada por alguns autores como o conjunto das três teorias do crime (MELO, 2017, p. 27), sendo elas: atividade de rotina; escolha racional e geometria do crime. Esta tríade pauta-se em compreender o crime sobre a ótica de um espaço e tempo, questionando estes delitos de “Onde? Quando? Como?”. É notória a importância destas três teorias para uma maior compreensão da problemática.

A Teoria da Atividade de Rotina busca entender e explicar em qual condição as vítimas e os ofensores se encontram no tempo e espaço. Esta teoria foi desenvolvida no século XX, especificamente nos Estados Unidos por Cohen e Felson (1979). Segmentada a partir de três instâncias, indicando que os crimes se convergem no espaço e tempo quando possuem: alvos adequados, ofensores motivados e a falta de vigilância (DASSAN, 2016, p. 390) Figura 1. No que se refere às variáveis dos segmentos dos alvos adequados, considera-se os indicadores de renda familiar per capita, porcentagem de residências alugadas, valor médio da habitação, e o número de famílias, para mensurar os alvos adequados.

Figura 1 – Esquema da Teoria de Atividade de Rotina



Fonte: Melo (2017) adaptado de Cohen e Felson (1979)

A Teoria da Escolha Racional, esta provém das decisões em que os agentes decidem ter a oportunidade para atuar no crime, preferindo usar menos energia ou tempo para alcançar seu objetivo (MELO, 2017, p. 29). A Teoria da Escolha Racional inicialmente teve como interpretação as questões econômicas, baseando-se no enfoque materialista, como os agentes sociais possuíam interesse na maximização da riqueza (FEREJOHN; PASQUINO, 2001, p.5). A Geometria do Crime, refere-se à familiaridade que os indivíduos possuem aos locais de crime, estes locais possuem denominação de “nós”, e as rotas regulares estabelecidas por

estes indivíduos, consideradas previsíveis são denominadas de “trilhas”, gerando um espaço de consciência (MELO, 2017, p. 29).

3 O ESTUDO DE GÊNERO

As discussões acerca da problemática de gênero devem ser pautadas para além da figura única e exclusiva da mulher. Este estudo aplica-se ao entendimento das relações entre os sexos, não podendo ser analisadas de forma distanciadas. Segundo Scott (1989, p. 3), “nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através do estudo inteiramente separado”. Tendo em vista que a problemática de gênero se aplica para além de um único autor, é necessário que seja debatido com ambos os sexos para que se entenda a situação crescente e conservadora voltada para a violência doméstica, o que tornou um problema a ser enfrentado nas discussões com a sociedade civil e com os órgãos competentes.

Apesar dos avanços das formulações de novas leis e da constituição, em que se estabelece o direito de igualdade entre homens e mulheres, ressaltando que todos devem ser tratados de forma igualitária, as relações ainda são fundamentadas a partir de hierarquias em que a figura do homem impõe um modelo de comportamento para as mulheres. Beavouir (2009) salienta os comportamentos em que os homens concebem às mulheres, caracterizando como o eterno feminino, onde especula-se sobre o fim da mulher.

Totamulier in utero: é uma matriz’, diz alguém. Entretanto, falando de certas mulheres, os conhecedores declaram: “Não são mulheres”, embora tenham um útero como as outras. Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade “corre perigo”; e exortam-nos: “Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres”. Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade.

Baseando-se no pensamento de Beavouir (2009), O segundo Sexo retrata a desmitificação do determinismo biológico sobre a mulher, apresentando que as concepções de mulher até então padronizada e tida como a correta é fundamento de uma construção social, atribuindo a mulher a ideia de fragilidade. Discutir gênero é aniquilar as justificativas biológicas como determinantes para a subordinação masculina, uma vez que está atrelada a mulher a condição de ter filho, ser considerada uma pessoa frágil, desprovida de força muscular. O gênero é uma maneira de sinalizar as construções sociais estabelecidas (SCOTT, 1989, p.7).

É necessário pensar a temática de gênero a partir de uma visão sistêmica, analisando a partir de quatro níveis de emprego, sendo eles: a) gênero relacional – não se limita ao estudo dos indivíduos separadamente, mas a sua relação e interação. b) gênero hierárquico – as funções de homens e mulheres, e a variação das relações a partir de uma geração. d) gênero e contexto – são as variações das funções a partir do conceito social, grupo étnicos e socioculturais (BRASILIA, 2016, p. 32). Esse conjunto de análises, pode ser entendida a partir da História das Mentalidades, que são transformações da sociedade, comportamentos e maneira de pensar. A discussão de gênero no Brasil como categoria de análise, foi introduzida a partir dos estudos das ciências sociais, na década de 1970 (DINIZ, 2014, p.22).

A subalternização é um mecanismo de opressão que, foi construído a partir do surgimento da propriedade privada. Até então os trabalhos eram exercidos por todos os indivíduos, não sendo consideradas as questões voltadas para a condição feminina. Segundo Moraes (2009, p. 10-11) “a necessidade da força da mão-de-obra para o desbravamento e novos territórios e a exploração de minérios provocaram alterações na organização social e familiar e na divisão sexual do trabalho”. Vale destacar que posteriormente ao desenvolvimento das sociedades, “as experiências das mulheres negras traziam diferentes vivências espaciais em relação as experiências das mulheres brancas” (SILVA; SILVA, 2014, p.20).

3.1 Violência Doméstica

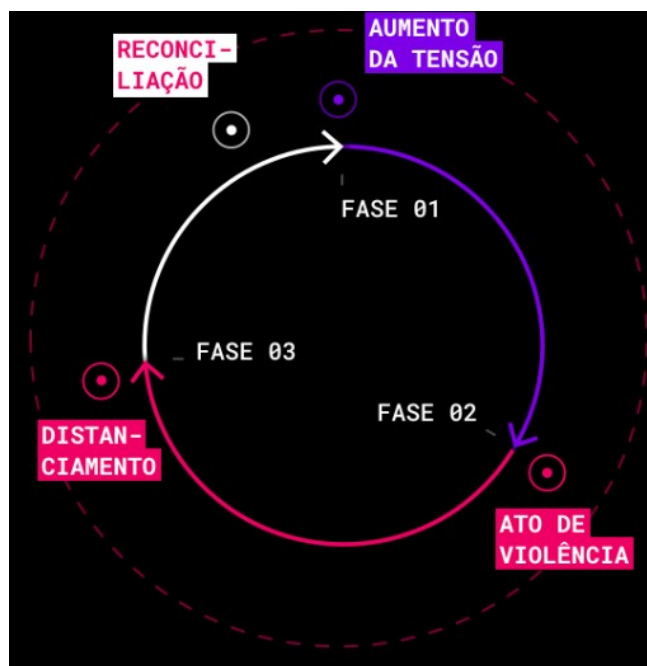
A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, a partir da crescente violação dos corpos femininos visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, utilizando-se de ferramentas e mecanismos para a emancipação da mulher violentada. A lei ganhou esse nome em homenagem a bioquímica cearense, Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de homicídio pelo seu ex-marido Marco Antônio Herredia Viveiros. Em 1983, na primeira tentativa de homicídio, Maria levou um tiro nas costas que a deixou paraplégica. Na segunda tentativa de homicídio o seu companheiro tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho, além de fazer ameaças e mantê-la em cárcere privado (OLIVEIRA, 2015, p.26).

Depois das denúncias, iniciou-se a investigação para constatar que seu ex-marido tinha sido o autor dos crimes. Diante dos fatos, foi condenado duas vezes pelos tribunais locais em 1991 e 1996, porém não foi preso. Sua prisão só foi efetivada em 2002, quase vinte anos depois, após a denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), após o Brasil ser condenado por negligência e omissão pela demora na punição do marido (NATALE, 2015, p. 23-24). A Lei nº 11.340/2006, é reconhecida pelas Nações Unidas como uma das legislações mais avançadas do mundo no tratamento dessa matéria (BRASÍLIA, 2016, p.15). Os crimes de violência doméstica no Código Penal Brasileiro estão classificados em crimes contra a pessoa.

Ribeiro (2014), destaca a importância de “entender as etapas da violência doméstica, ou seja, o ciclo da violência”. O Instituto Maria da Penha (IMP) atribui esse ciclo a partir das seguintes fases: 1) aumento da tensão, 2) ato de violência e 3) arrependimento e comportamento carinhoso. O aumento da tensão consiste em acúmulo de irritação e raiva por parte do agressor. Nessa fase pode-se avultar a violência psicológica e moral. Havendo a culpabilização por parte da mulher, acreditando que ela fez algo de errado. Quando a primeira fase se prolonga, há grande chance de ocasionar a situação 2. A segunda fase é o momento da falta de controle do agressor, onde a tensão acumulada é materializada através dos diversos tipos de violência, partindo para a violência física. A terceira fase é caracterizada como “Lua de Mel”, nesse momento o agressor se demonstra amável e defende em seu discurso a ideia de mudança.¹⁰

10 Definições feitas a partir do site do Instituto Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/ciclo-da-violencia>> Acesso em: 29 maio 2018. O Instituto Maria da Penha (IMP) com sede em Fortaleza é uma organização não governamental sem fins lucrativos.

Figura 2 – Ciclo de violência doméstica



Fonte: Instituto Maria da Penha (2018).

A violência contra as mulheres é definida como um sistema universal e estrutural, fundamentado a partir da dominação patriarcal presente em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental. Os processos contínuos de atos de violência doméstica, que podem ocasionar em morte são reconhecidos como crime de feminicídio, consequência de um padrão cultural que é aprendido e transmitido ao longo de gerações. As diversas formas de violência são condições para manutenção de poder entre homens e mulheres (PASSINATO, 2011, p.230).

O crime de violência doméstica ainda possui pouca visibilidade, tendo um impacto menor por se tratar de um fenômeno doméstico, e as motivações são atribuídas à questões de “natureza afetiva”, sendo principalmente praticado por parceiros afetivos. A normalização do ato se concentra na culpabilização da mulher, em que o agressor é um “homem apaixonado”, impondo determinando comportamento de violência a mulher (SANTOS, 2016, p. 83).

No Brasil, os primeiros casos emblemáticos de violência doméstica seguida de morte, eram denominados crimes em legítima defesa da honra¹¹. A natureza de

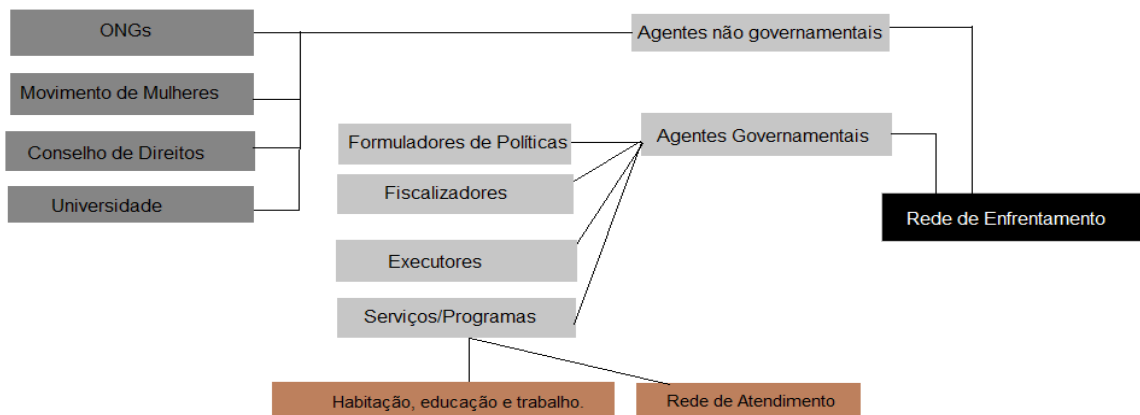
¹¹ Ressalta-se que o argumento da legítima defesa da honra nunca foi plenamente afastado dos tribunais do país. Em 1992, o Supremo Tribunal de Justiça baixou decisão proibindo seu uso, mas uma pesquisa realizada com acórdãos de tribunais de justiça de diferentes estados brasileiros mostrou que sua permanência e aceitação continuou ativa, mesmo nas instâncias de recurso (BRASÍLIA, 2016, p.31).

crime passionai atribuída ao comportamento violento do homem operava para apresentar esses crimes como atos isolados, pois, o homem possui caráter ilibado (BRASÍLIA, 2016, p.25).

O Artigo 7º da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) classifica a violência doméstica em: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha dispõe sobre a criação de juizados especiais e delegacias, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência. O Artigo 35º dispõe sobre a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar, casas-abrigo, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e médico-legal especializados e centros de educação e reabilitação para agressores (NATALE, 2015, p. 24). Em busca de garantir sua efetividade, a lei pauta-se a partir de uma Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher.

A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) define rede de enfrentamento como uma articulação entre as instituições governamentais e não governamentais buscando estratégias de combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, se diferenciando da rede de atendimento, que consiste num conjunto de ações que buscam a melhoria na identificação e encaminhamento das mulheres para um processo de humanização (BRASÍLIA, 2011a, p.8).

Figura 3 – Fluxograma de Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher



Fon

te: Elaborado a partir do documento de referência Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres (2011) por Jamille Santos Ramos (2018).

A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher e a Rede de Atendimento deve ser compreendida como um processo evolutivo, perante as políticas públicas voltadas para as mulheres. Vale destacar que anterior a esse sistema, até o ano de 2003, a maior resposta para tal problema de ordem social, eram as casas-abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), porém este sistema não funcionava de maneira articulada nem associado à prevenção, posterior a isso com a efetivação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) I e II, com a consolidação da Lei Maria da Penha, garantiu a responsabilização dos agressores (BRASÍLIA, 2011b, p.7). A cidade de Jacobina não dispõe de casas-abrigo para as mulheres que estão em situação de violência, quando ocorre o caso de apresentação de grande vulnerabilidade as vítimas são encaminhadas para Salvador.

4 O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

A Geografia é compreendida como a ciência que busca espacializar os fenômenos sociais. Desde o século XX, quando os mapeamentos de indicadores sociais emergiram, estas pesquisas tinham como objetivo principal conhecer o perfil socioeconômico, cultural e as inter-relações da sociedade. O desenvolvimento dessas pesquisas e as novas metodologias introduzidas potencializaram a criação de políticas públicas (FELIX; DAURA, 2009, p.1). A categoria de análise de maior abrangência aos estudos da violência e do crime é a categoria de território. Esta categoria tem sido utilizada para a exposição das relações de poder e as questões de criminalidade. As relações de poder são definidoras dos territórios (CRUZ; SÁ, 2013, p.123-124). Para Souza (1995, p. 78), “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

A discussão sobre território normalmente vincula-se ao pensamento do território nacional, conexo ao sentimento de pátria e defesa de um território, entretanto vale ressaltar que o território pode ser discutido sobre diversas perspectivas, não devendo ser reduzido a figura do Estado. Os territórios são construídos e desconstruídos sucessivamente nas mais variadas escalas espaciais, temporais, podendo ter um caráter permanente, periódico e cíclico (SOUZA, 1995, p.81). Partindo do conceito de território como um elemento dinâmico, este é também palco da ação humana, agente atuante do espaço, no qual se evidenciam características como: vulnerabilidade social e insuficiência do Estado repercutindo em práticas criminosas (BORGES et al, 2016, p. 5).

Sabendo que a questão de gênero não está associada somente a figura da mulher, o termo gênero se pondera na designação das relações socialmente estabelecidas. Nesse sentido, busca-se rejeitar justificativas relacionadas as questões biológicas (SCOTT, 1989, p.7). Essa discussão está atrelada ao conceito de território, uma vez que, as relações se fazem a partir da questão comportamental da mulher e dominação masculina que implicam em construções socioculturais.

Aqui, o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da

coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os "outros"(os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 1995, p.86).

A subordinação da figura feminina desde encontra justificativas nos argumentos biológicos, atrelando às mulheres a culpa para o comportamento masculino.

Ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o específica: um obstáculo, uma prisão. "A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades", diz Aristóteles. "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser "ocasional". É o que simboliza a história do Gênesis em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um "osso supranumerário" de Adão. (...) O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem (BEAVOUIR, 2009, p.16).

Partindo da visão de Beavouir (2009), em que os homens atribuem a concepção do que é uma mulher, utilizando do discurso como exercício de poder, "na prática, a etimologia da palavra poder torna sempre uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle, regulação" (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p.370). Segundo ARENDT¹² (1985, p. 24, *apud* SOUZA 1985):

O "poder" corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está "no poder" estamos na realidade nos referindo ao fato de encontra-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (protestas in populo, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, "o seu poder" também desaparece".

A visão machista da figura da mulher e os argumentos perpetuados desde os períodos antigos legitimam os discursos de opressão e o comportamento masculino agressivo. Os discursos estão ancorados na legitimação do poder, instituído como verdade, não possibilitando a consciência nem reflexão sobre os atos. O estudo das relações de poder consiste em analisar como os sujeitos atuam sobre os outros sujeitos (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, P.370). Nesta perspectiva, é importante compreender que a concepção histórica da educação feminina, desde o período colonial, se caracteriza por ensinar as meninas a serem esposas e mães,

12 ARDENT, Hannah. Da violência. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.

limitando a aprender a cozinhar, bordar, costurar, tarefas estritamente doméstica (DINIZ, 2014, p.26). Segundo Ornat (2008, p. 309), “esses papéis são sustentados pela imposição aos corpos da linearidade de sexo-gênero-desejo, pois espera-se que corpos nomeados como macho ou fêmea desempenhem papéis correspondentes de masculinidade e feminilidade”.

As ações do dia-a-dia se materializam no espaço, tornando o convívio de modo conflituoso, desse modo, é no cotidiano que ocorrem os maiores crimes aqui analisados. Esses ambientes, de modo paradoxal deveriam ser locais em que as mulheres se sentissem mais acolhidas (SANTOS, 2016, p. 86-87). Quando busca-se trabalhar com um recorte ou a ideia/noção de escala a partir do conceito de território vincula-se a este o conceito de “microterritorialidade”. Ao apresentar a atuação ou existência de uma autoridade, podendo ser legítima ou não. (SERPA, 2013, p.62). Os processos de interação humana, pautados a partir dos processos de interação e estranhamento, que são definidos as apropriações espaciais, definidas como microterritorializações (SILVA e SILVA, 2014, p. 105).

5 MATERIAL E MÉTODOS

5.1 Localização da área de estudo

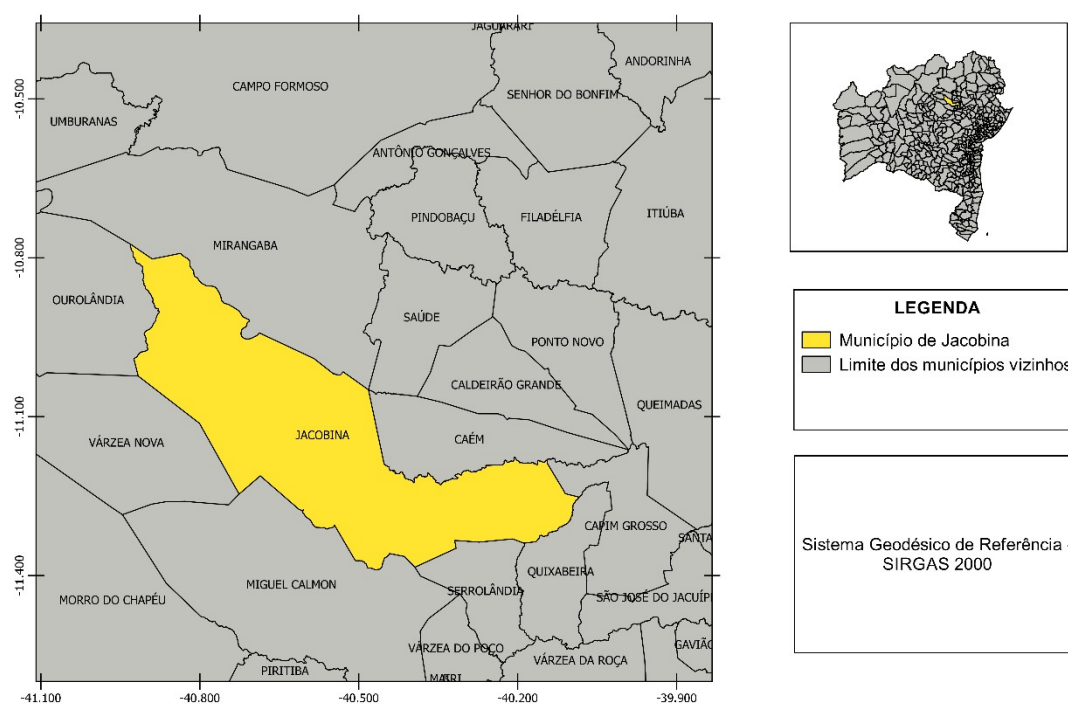
Tendo em vista que o espaço geográfico é o objeto de estudo da Geografia, esta pesquisa fundamentou-se nos conceitos voltado para território, relações de poder e gênero. O recorte espacial desta pesquisa está concentrado em Jacobina, município localizado no estado da Bahia, na região norte da Chapada Diamantina, limitando aos municípios de Mirangaba, Miguel Calmon, Serrolândia e Capim Grosso (Figura 4). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008) aponta que, sua área territorial é equivalente a 2.192,906 km².

O município de Jacobina está localizado no território de identidade Piemonte da Chapada Diamantina, a 341 km da capital baiana. Considerado um município de origem antiga, o início do seu povoamento ocorreu no século XVII, no processo da descoberta de minas auríferas, grande impulsionador para o aumento populacional de Jacobina. O êxodo rural em função do processo de mineração mostrou-se acentuado, havendo na década de 1980, uma exploração sistemática do ouro em Jacobina, cujas minas foram exploradas primeiramente pela empresa multinacional Mineração Morro Velho, atraindo pessoas de várias partes do estado da Bahia (ARAÚJO, HADLICH, PEREIRA, 2013, p.970).

No decorrer das atividades de minerais, a cidade foi se delineando essencialmente urbana, sendo esses processos facilitadores para o adensamento urbano. Vale destacar que a localização do município foi relevante, pois a cidade tornou-se um polo de comercialização com a inserção ferroviária, que simbolizou objeto de modernização (JACOBINA, 1999, p.23). As atividades de mineração foi um dos condicionantes para o aumento demográfico, o IBGE aponta a década de 80, do século XX, como um momento de maior elevação demográfica do município, totalizando em 103.967 habitantes. No censo demográfico de 2010, constatou-se uma população equivalente a 79.247 habitantes, e em 2018 uma estimativa de 80.394 habitantes. Cabe salientar que a diminuição da população está segmentada a partir dos desmembramentos municipais.

Na composição de sua população, os dados do censo demográfico de 2010 revelam que o município de Jacobina possui cerca de 40.919 mulheres, situadas na área urbana, totalizando o equivalente a 29.356 habitantes, e na área rural 11.563 habitantes.

Figura 4- Mapa de Localização do município de Jacobina, Bahia



Fonte: Elaborado a partir da base de dados cartográfica do IBGE (2016) por Jarmille Ramos (2018).

5.2 Caracterização do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)

O surgimento do CRAM se deu a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as mulheres, no ano de 2003, (BRASIL 10.683). Essa secretaria estabelece alguns objetivos, sendo eles: campanhas educativas, planejamento das questões de gênero para contribuir com ações do governo, acompanhamento da legislação dos acordos nacionais e internacionais, sendo um deles a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher (1994).

Neste sentido, buscou-se desenvolver políticas públicas pautadas na equidade de gênero, prevenção e no combate à violência contra as mulheres. Para alcançar os objetivos, de maneira articulada criou-se a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, nesse conjunto, essa rede é um mecanismo de ação conjunta de diversos setores da sociedade, sendo eles: saúde, justiça, segurança pública, ação social e outros. Um dos objetivos da rede é garantir um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. A lei Maria da Penha (11.340/06) no artº. 8 estabelece a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher.

Para que o trabalho seja efeito a rede é composta por alguns eixos estruturantes, sendo eles: prevenção, assistência (rede de atendimento e capacitação de agentes públicos), enfrentamento, combate e acesso à garantia dos direitos. O CRAM é uma ação do desenvolvimento das Políticas Nacionais, surgido através de uma política pública. Em 2006 criou-se a Norma de Unificação dos Centros, esta foi estabelecida a partir de um segmento nacional, onde os municípios podem incorporar em seu processo de planejamento questões com base em sua realidade, porém está submetido a algumas diretrizes básicas que estabelecem a norma de instância nacional. O CRAM é um dos serviços de ações das políticas de atendimento, porém existem outros, a exemplo de casas-abrigo, delegacias especializadas, defensoria da mulher, central de atendimento à mulher (BRASÍLIA, 2006).

O atendimento é um serviço obrigatoriamente gratuito e a mulher pode buscar o serviço de modo espontâneo ou a partir de outras redes como saúde, jurídica e de assistência social. Referente aos recursos humanos, a quantidade dos profissionais é estabelecido de acordo com a proporção demográfica. O CRAM de Jacobina-Bahia, este foi implementado em 19 de abril de 2017, e possui um quadro profissional correspondente a população (80 mil habitantes), dispondo de 01 coordenadora, 01 secretária, 01 advogada, 01 psicóloga, 02 assistentes, 01 ajudante geral. Tendo em vista que os municípios possuem a liberdade para adequar algumas questões, o CRAM de Jacobina em seu desenvolvimento de produção estabeleceu que o corpo profissional seria composto preferencialmente por

mulheres, uma vez que, esse segmento pode ser um facilitador no processo de atendimento.

Quando a mulher se dirige ao CRAM o primeiro procedimento é ser atendido pela equipe administrativa, posteriormente é feito a atividade de escuta com a equipe técnica, obtendo então um pré-diagnóstico. Neste pré-diagnóstico existe a caracterização da rede familiar, busca-se coletar se a mulher possui filhos e se esses presenciam os atos de violência. Quando a criança participa das agressões é encaminhando ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) tem-se o rompimento do vínculo. Quando a criança não presencia é encaminha ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) trabalhando as questões de prevenção.

No mês de maio do ano de 2017 a cidade de Jacobina implantou a Ronda Maria da Penha. Projeto criado pela Major Denice, a ronda Maria da Penha consiste na veiculação da polícia militar nos bairros onde a moram mulheres que registraram Boletim de Ocorrência (B.O) quando a mulher solicita a medida protetiva¹³ o agressor precisa se afastar do local de convivência e deve se manter em um limite de distância da mulher em situação de violência, a polícia deve fazer visitas as localidades com maior regularidade, buscando garantir a integridade física da mulher que fez a denúncia, ou seja, a vigilância constante. O projeto Ronda Maria da Penha surgiu como uma busca para o não agravamento das situações das mulheres, haja vista que o caso de violência doméstica pode atingir o maior ato de dominação, quando ocorre a morte da mulher em razão do gênero, tipificado como crime na lei 13.104/15, conhecida como a lei de feminicídio, que define o assassinato a partir do gênero. O CRAM atende somente as mulheres do município de Jacobina, haja vista que o Estado disponibiliza o espaço e equipamentos, mas mantém os profissionais pelo município.

5.3 Procedimentos metodológicos

O alcance dos objetivos desta pesquisa foram subsidiados pelos seguintes procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica, uma vez que esta é a base de orientação para o que já foi produzido acerca do tema, e “sua finalidade é colocar

¹³ Mecanismo fundado na Lei Maria da Penha, em que tem como objetivo proteger a integridade física da mulher, determinando o distanciamento entre o agressor e a mulher em situação de violência.

o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado” (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 62); levantamento dos dados quantitativos dos crimes de violência doméstica contra a mulher coletados mediante formulário do CRAM (ANEXO A) e os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), caracterizando-se como uma pesquisa de caráter quantitativa e alcance descritivo. Esta análise permitiu traçar um perfil das mulheres em situação de violência.

De acordo com Diniz (2014, p.83) as pesquisas de base quantitativa possibilitam estabelecer as relações com diversas variáveis a partir de números, taxas e proporções, reconhecendo a importância dos estudos estatísticos nas questões de gênero, principalmente para a tipificação dos crimes contra as mulheres, conhecendo o perfil para melhor entendimento do fenômeno.

Posteriormente a coleta dos dados, o contato com o sistema de dados do CRAM possibilitou a construção e tabulação por meio das ferramentas de Sistema de Informação Geográfica, para o processo de manipulação dos dados a partir dos registros feitos, propondo compreender os espaços do crime, foi desenvolvida a pesquisa de campo, que constitui caráter exploratório, que são investigações que formulam novas questões a fim de desenvolver novas hipóteses (MARCONI; LAKATOS, 1990, p.85).

A pesquisa quantitativa é definida como um meio em que se podem testar teorias objetivas, examinando a relação com as variáveis, podendo ser medidas por instrumentos. Os métodos quantitativos possuem uma base que envolve a coleta de dados, posteriormente a análise, interpretação e redação de resultados. A pesquisa de levantamento de dados proporciona descrição de variáveis, atitudes ou estudando a amostra de uma população (CRESWELL, 2010, p.37). O método quantitativo para Cruz (2013, p.126) é “coletar certo volume de informações e tratá-los por meio de técnicas estatísticas, analisando como determinadas variáveis podem influenciar ou causar fenômenos, investigando as correlações entre elas”

Neste sentido, buscando compreender os fenômenos a partir do gênero, mas dando destaque as questões raciais, utilizou-se dos dados absolutos do CRAM sobre a segmentação das taxas populacionais. Os estudos do crimes tem se pautado no desenvolvimento das taxas, uma vez que a mesma pode ser comparada

com diferentes locais, escalas e tempo. Haja vista que o crime pode ser comparado de forma mundial, utiliza-se da seguinte fórmula: $(\text{N}^\circ \text{ de crimes} / \text{População}) * 100.000$ habitantes (Figura x). A variação do denominador corresponde ao nível da escala e ou quando um crime é considerado raro, neste caso utiliza-se das taxas por 10.000 ou 1.000 habitantes (MELO, 2017, p. 59). Este estudo pautou-se nas taxas calculadas a partir de 10.000 habitantes tendo vista o recorte temporal e a violência doméstica de modo invisível, não expressando a quantidade real de mulheres em situação de violência, pois este crime acontece de modo invisível.

Figura 5 – Fórmula para cálculo das taxas a cada 100 mil habitantes



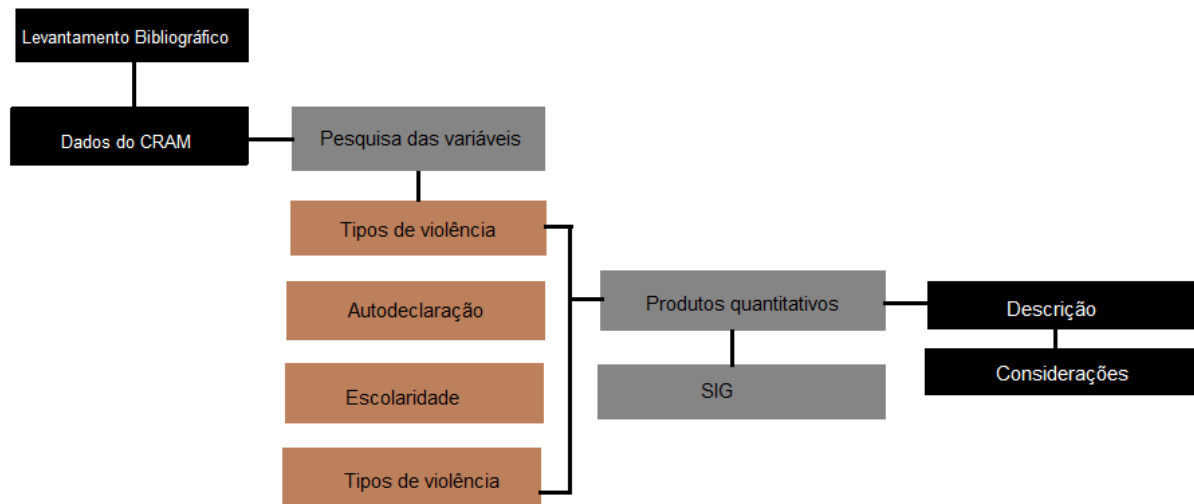
$$\frac{\text{Número}}{\text{População}} \times 100.000 = \text{Taxa por 100 mil hab}$$

Fonte: <https://www.dadosfinos.info/2017/06/como-calculat-taxa-por-100-mil.html>

De acordo com Santos (2012, p. 79) para o desenvolvimento das pesquisas na área de Geografia da Violência e do Crime é necessário adotar como metodologia uma análise composta de dois níveis, sendo elas: 1) microanálise – visa pesquisar o local onde ocorreu o crime, a partir das relações entre esse local e a dinâmica sociocultural. 2) macroanálise – é a agregação dos dados para determinadas áreas, como: favelas, subúrbios, municípios dentre outros, com o objetivo de estabelecer interpretações interespaial e interpessoal.

Para a coleta de dados utilizou-se do relatório mensal do CRAM, filtrando as variáveis de interesse da pesquisa para caracterizar as mulheres em situação de violência de acordo a idade, cor/etnia, estado civil, escolaridade e ocupação. Para alcançar a manipulação, análise e espacialização dos crimes, o software utilizado foi o QGIS (versão 2.18, figura 5). De acordo com Matias (2002, p.101) a Geografia está sofrendo grande influência das geotecnologias, sendo um instrumento tecnológico que contribui para o processo de (re)produção do espaço geográfico.

Figura 6 – Fluxograma dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado por Jamille Ramos (2018)

Os procedimentos da pesquisa tomaram como base as concepções de Marconi e Lakatos (1990), que atribui as fases da pesquisa inicialmente a partir do levantamento bibliográfico, buscando compreender as diversas informações sobre o tema em questão, apresentar os trabalhos elaborados e concepções existentes. Posteriormente deve-se apresentar as técnicas que serão utilizadas na coleta de dados.

5.4 Procedimentos e coleta de dados

A coleta de dados ocorreu em duas etapas. Inicialmente utilizou-se da base de dados do SINAN, que consiste num plano cartesiano destacando as variáveis dos pontos X e Y. O sistema de notificações é mantido pelo Ministério da Saúde. Estes dados serviram como comparativo aos dados do CRAM, pois esse sistema recolhe informações através de uma instância nacional.

Tendo em vista que a pesquisa possibilitou analisar os dados de violência doméstica sob a ótica nacional, por meio dos dados disponibilizados pelo Ministério

da Saúde a partir do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), de modo comparativo, pode-se perceber a ausência significativa das notificações, uma vez que as ocorrências encontradas totalizaram o número de 22 casos de violência física dentre os anos de 2009 a 2015, destes, 81% dos casos de violência física ocorreram no âmbito doméstico. Vale destacar que o SINAN filtra as notificações enfatizando violência doméstica, sexual e outros tipos de violência.

Dentre os 22 casos de violência física, somente 09 casos se originaram de relações afetivas entre ex-cônjuge e cônjuge. Pelo fato do SINAN ser um sistema de um âmbito nacional, não foi possível associar as notificações específicas dos bairros. Para Waiselfisz (2015), “A notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências foi implantada recentemente no SINAN em 2009, por isso ainda apresenta problemas de cobertura (nem todos os locais notificam) [...] (nem todos os casos são registrados no sistema)” (WASELFISZ, 2015 p. 41).

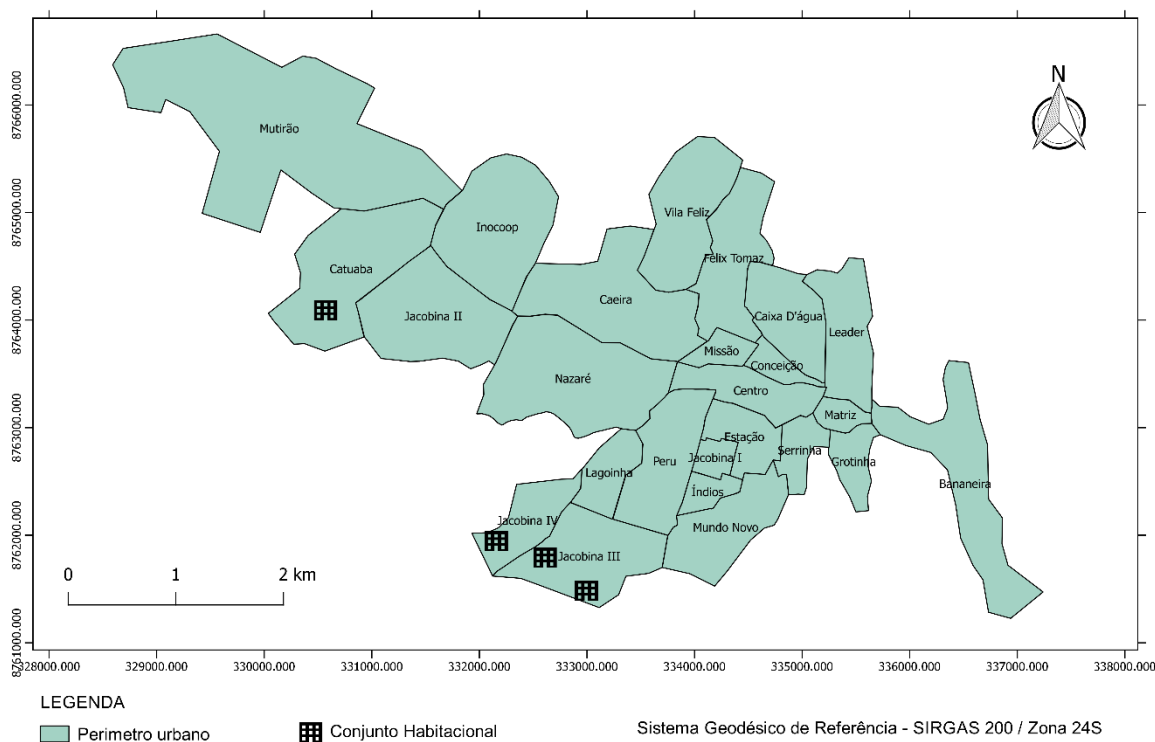
A segunda etapa de coleta foi realizada pelo levantamento do CRAM, e cujos dados devem ser compreendidos como microdados, dentro de um recorte espacial menor. A pesquisa constatou 253 notificações de violência contra a mulher no município de Jacobina, sendo 155 casos na área urbana (sede) local de interesse da pesquisa.

Com o auxílio das estagiárias do CRAM (graduandas em serviço social), iniciou-se a coleta de dados através dos formulários e banco de dados, base para realização do relatório mensal. Este relatório apresenta variáveis que definem desde as características das mulheres até as questões socioeconômicas. O formulário é preenchido a partir do primeiro atendimento que a mulher aciona o CRAM. Esse atendimento consiste na atividade de escuta, onde é feito o pré-diagnóstico e caracterização familiar com a profissional de psicologia.

Partindo das notificações que o CRAM foi acionado, tem-se a base de dados referente às localidades em que ocorreram os crimes. Esta base de dados possibilitou a espacialização do crime a partir dos bairros. A cidade de Jacobina atualmente possui 23 bairros, sendo eles: Caixa d'água, Peru, Jacobina I, Jacobina II, Jacobina III, Jacobina IV, Missão, Leader, Vila Feliz, Catuaba, Mutirão, Grotnha, Felix Tomaz, Serrinha, Lagoinha, bairro dos Índios, Nazaré, Centro, Estação, Mundo Novo, Morada do Sol e Caeira. Quatro conjuntos habitacionais: Vivendas, Cidade do Ouro, Lagoa Dourada e Novo Amanhecer (Figura 6).

Diante dos dados fornecidos pelo CRAM, notificou-se uma quantidade significativa de violência doméstica nos conjuntos habitacionais, porém notou-se uma disparidade no que se refere a localização destes, pois no processo do desenvolvimento do trabalho em que utilizou-se o SIG os conjuntos habitacionais do bairro Jacobina 3 não encontram-se dentro do polígono utilizado pela prefeitura. Os conjuntos habitacionais encontram-se ao lado do bairro Jacobina IV, mas estes fazem parte do bairro Jacobina 3. Em comunicação com a prefeitura municipal, buscou-se uma base cartográfica da área urbana, porém não houve sucesso. Vale destacar que a Prefeitura Municipal de Jacobina está em atividade para desenvolver o Georreferenciamento da cidade de Jacobina, para atualizar uma nova delimitação de ruas e bairros.

Figura 7 – Delimitação dos bairros da cidade de Jacobina, Bahia.



Fonte: Elaborado a partir da base dados cartográfica do IBGE (2016) por Gabriel Reis (2017) adaptado por Jamille Ramos.

Para realizar a análise dos dados, as informações foram inseridas no programa Microsoft Office Excel 2017, para a separação e tabulação das variáveis.

Os resultados foram consolidados em mapas, gráficos e tabelas que são produtos quantitativos trabalhados posteriormente no QGIS (versão 2.18).

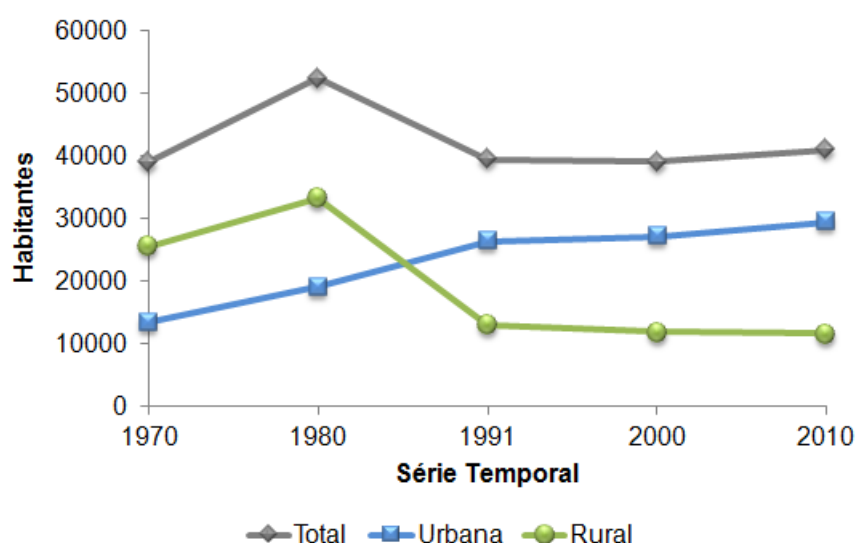
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Perfil das mulheres de Jacobina, Bahia

As classificações voltadas para as relações de raça/cor se solidificaram no Brasil desde o século XIX, criando as categorias de branco, preto, pardo e caboclo, sendo inicialmente essa classificação dada pelos dos donos de escravos. Posteriormente foi adotada a classificação amarela, devido ao fator da imigração japonesa. A década de 1960 foi marcada pelo princípio da autodeclaração, significando a necessidade de respeitar a resposta de cada pessoa recenseada. Atualmente o Brasil adota as seguintes categorias étnicas para análise social: branca, preta, amarela, parda e indígena (PETRUCCELLI, SABOIA, 2013, p.23-24).

As mulheres da cidade de Jacobina, totalizam uma quantidade significativa superior as 50.000 mulheres, incluindo as residentes da zona rural e da zona urbana, conforme apresenta a Figura 8.

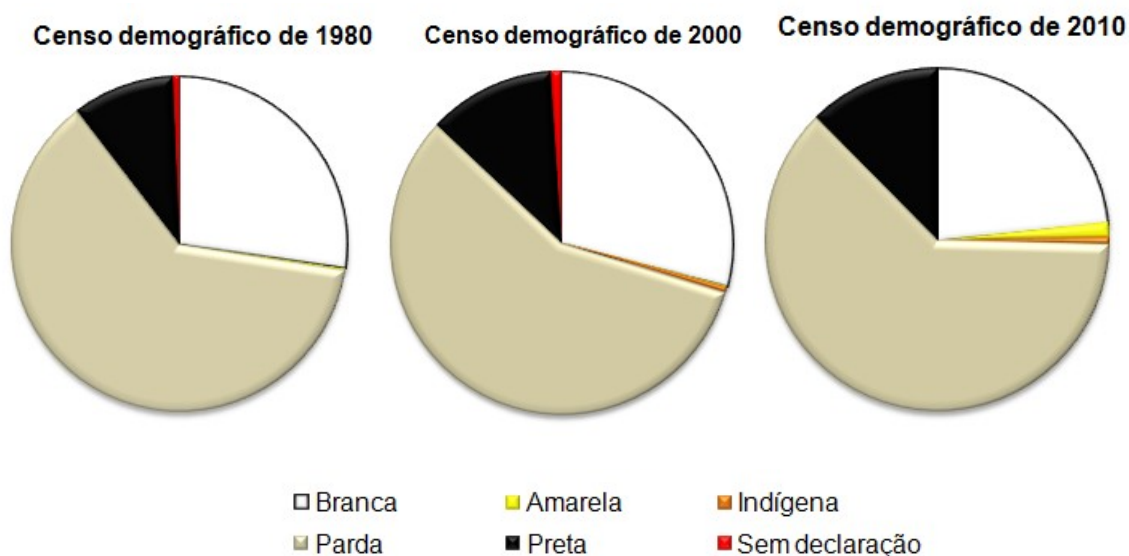
Figura 8 - População residente de mulheres, por situação do domicílio, município de Jacobina – Bahia (2010)



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico (2010).

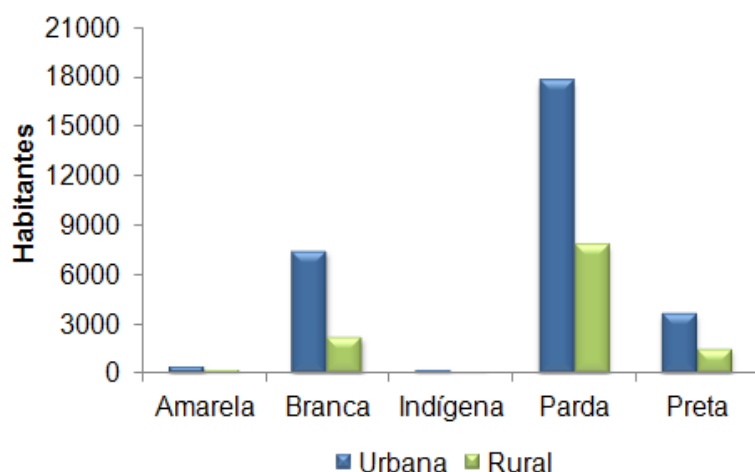
No que se refere à população a partir da autodeclaração, a cidade de Jacobina em 2010, possui um número insignificante de pessoas que não se autodeclaram. Vale destacar que as décadas anteriores mostram uma expressão referente aos não declarados haja vista que a autodeclaração fora implantada recentemente. A Figura 9 demonstra que a população de pessoas pretas, pardas e brancas não sofreram alterações desde 1980. Ao consultar a base de dados do IBGE (Figura 9) constatou-se que a população de mulheres que se declaram indígena está concentrada na área urbana do município. Dentre os dados analisados, a população de mulheres pretas e pardas representam um número expressivo na área urbana, somando um total superior a 50% da população (Figura 9).

Figura 9 - População residente de mulheres, por cor ou raça, município de Jacobina - Bahia.



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico.

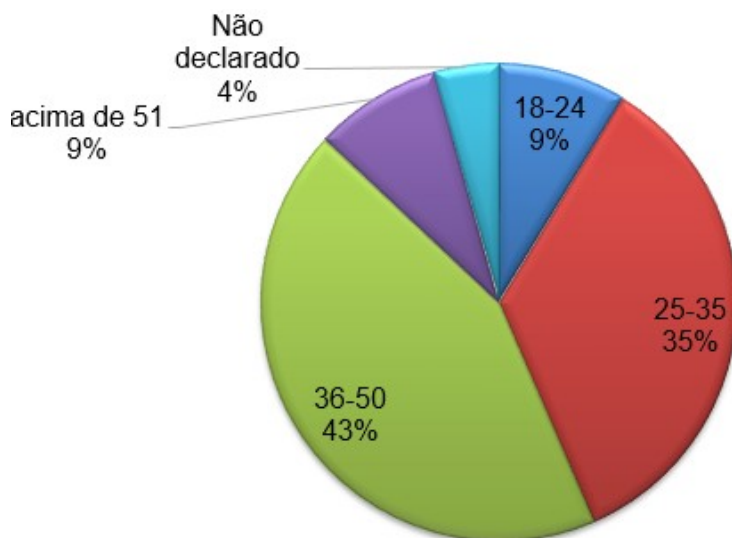
Figura 10- População residente de mulheres, por cor ou raça e situação do domicílio, município de Jacobina – Bahia (2010)



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico.

Tendo em vista que um dos objetivos desta pesquisa consistiu em traçar o perfil das mulheres em situação de violência, a Figura 11, demonstra que a prevalência se faz em mulheres que possuem uma média entre 36 a 50 anos de idade, totalizando em 43% da quantidade observada. Em números absolutos, a quantidade é equivalente a 72 mulheres. Em segundo lugar estão as mulheres que possuem entre 25 a 35 anos de idade. A pesquisa não possibilitou encontrar dados voltados ao período de convivência com o agressor, o que inviabiliza estabelecer uma média de tempo que a mulher se encontra em situação de violência, entretanto, as mulheres em que mais sofrem violência física, são as mulheres com média de 35 a 51 anos. “Na velhice, a fragilidade do corpo e da saúde física e mental que resulta na redução da autonomia física, fazem com que as mulheres também fiquem expostas aos maus-tratos físicos” (BRASÍLIA, 2016, p.36).

Figura 11 – Faixa etária das mulheres em situação de violência em Jacobina, Bahia (2017-2018)



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do Centro de Referência Mariene Soares (2017- 2018) por Jamille Ramos (2018).

De modo comparativo, baseando-se nos dados obtidos, as mulheres em situação de violência é compatível com os dados do mapa da violência de 2015, no qual destaca o crime por motivações do gênero. As mulheres que mais sofrem violência são mulheres pretas e pardas em dados absolutos (Figura 12). As noções de raça ainda se fazem presentes nas relações sociais, ultrapassando crenças, e práticas, determinando lugares, status dos indivíduos. As pessoas ainda são inferiorizadas, hierarquizadas, priorizadas e subalternizadas a partir da sua cor/etnia/raça (PETRUCCELLI, SABOIA, 2013, p.17).

Com relação as questões raciais, com base nas taxas populacionais, as mulheres quem mais se encontram em situação de violência são as mulheres pretas e indígenas. Vale destacar que as mulheres de Jacobina, se autodeclaram majoritariamente pardas e brancas. Todavia, as taxas evidenciam que as que mais sofrem os crimes de violência doméstica são as mulheres pretas, registrando a cada 10 mil, 67 são mulheres pretas e as mulheres indígenas, a cada 10 mil mulheres, 44 são indígenas.

A partir do registro total de 253 notificações de agressões as mulheres entre os anos de 2017 a 2018 no município de Jacobina, concluiu-se que a cada 10 mil mulheres, 61 mulheres utilizaram os serviços do CRAM. Dentre essas 253

notificações, 155 notificações deu-se na área urbana da cidade, registrando 85 casos de mulheres em violência doméstica, baseando-se nas taxas populacionais, inferiu-se que a cada 10 mil mulheres 28 estão em situação de violência doméstica na cidade de Jacobina.

Os dados utilizados não simbolizam a quantidade total e real das mulheres em situação de violência, uma vez que, há um número significativo de mulheres que sofrem os mais variados tipos de violência, mas não fazem as denúncias aos órgãos competentes. Nesse sentido, os estudos na área da criminologia tem se debruçado sobre a interpretação das Cifras Negras¹⁴ em que busca-se “relacionar, de forma constante, a criminalidade real, aparente e a criminalidade legal, que acabava levando a julgamentos” (JÚNIOR; FREITAS, 2011, p.87).

Figura 12 - Distribuição das taxas populacionais a cada 10 mil mulheres em situação de violência doméstica em Jacobina, Bahia (2017-2018)

Mulheres em situação de violência a partir de autodeclaração	nº total	Qt. IBGE	Taxa
Branças	17	7401	22,9
Amarelas	01	425	23,5
Pretas	24	3573	67,1
Pardas	36	17732	20,3
Indígenas	01	225	44,4

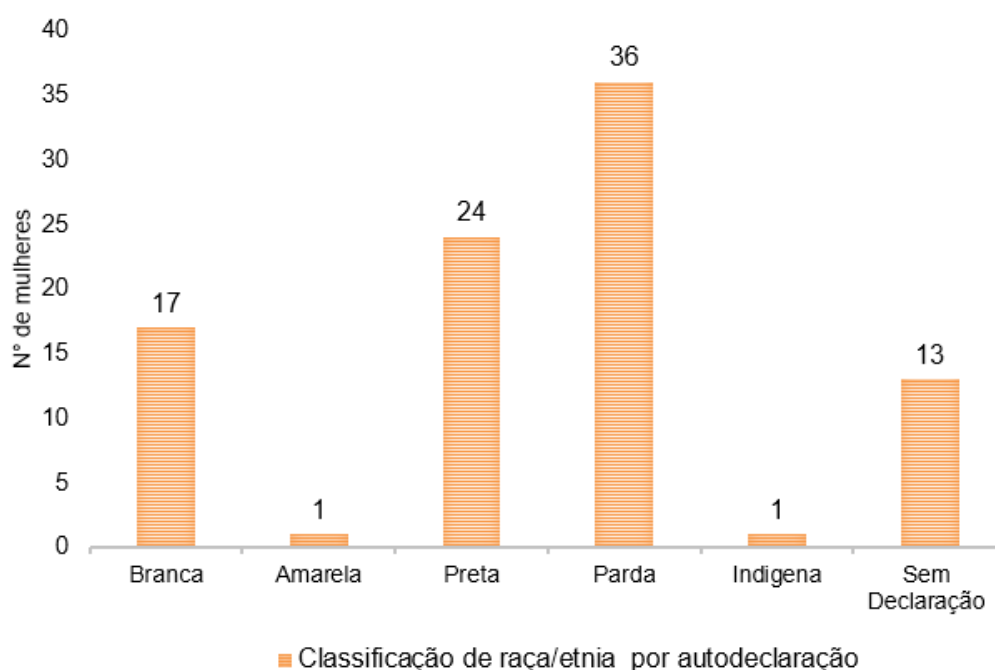
Fonte: Elaborado a partir da base de dados do CRAM (2017-2018), por Jamille Ramos (2018).

Nessa ótica, Ribeiro (2017) aponta a necessidade de romper com o discurso de coletividade, objetivando produzir políticas sociais que sirvam de direcionamento a mulheres em estado de maior vulnerabilidade social. A autora questiona a quem servirá, ou seja, as políticas precisam atender as pessoas mais invisibilizadas. Por

¹⁴ Termo criado por Adolphe Quetelet, que foi considerado um dos percussores na sociologia moderna, em seus estudos utilizou-se das bases matemáticas, estatísticas e pesquisas censitárias.

exemplo, o mapa da violência de 2015 revela que os crimes contra as mulheres negras subiram 54,8%. “É nesta perspectiva que a ideia de interseccionalidade pode ser articulada à imaginação geográfica. Se a experiência das pessoas é concreta, ela também é espacial” (SILVA, SILVA, 2014, p.18).

Figura 13 – Quantificação de mulheres em situação de violência doméstica a partir da autodeclaração em Jacobina – Bahia (2017-2018)



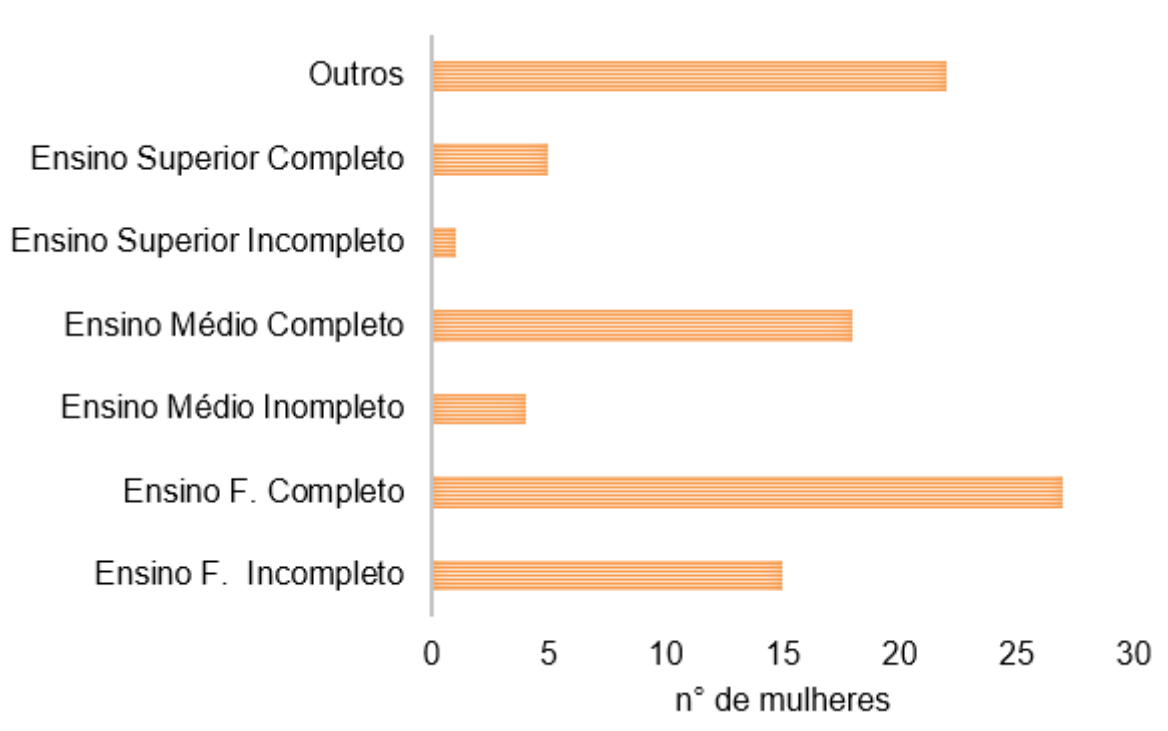
Fonte: Elaborado a partir da base de dados do Centro de Referência Mariene Soares (2017- 2018) por Jamille Ramos (2018)

No aspecto de nível de escolaridade, notou-se que a maioria das mulheres possui apenas o ensino fundamental completo, não finalizam o ciclo da educação, somados em menos de 11 anos de estudos. Faz-se pertinente entender que independentemente do nível de escolaridade todas as mulheres estão expostas a situação de violência, mas os dados apontam que as mulheres com nível de escolaridade de ensino superior sofrem menor frequência de violência. É importante ainda sintetizar que na maioria dos casos as mulheres sofrem mais de uma violência (Figura 16) e a predominância é a violência psicológica.

Compreender o perfil de escolaridade/nível, de instrução das mulheres em situação de violência possibilita instigar o debate e a construção de políticas públicas, condicionado a alguns direcionamentos. O ACESSUAS é uma política pública regulamentada a partir dos objetivos da Lei Orgânica de Assistência Social, na Constituição Federal, que estabelece no art. 2º, a criação de “promoção e a integração ao mercado de trabalho”. Esta política consiste na promoção de pessoas na condição de alta vulnerabilidade social, dentre esses indivíduos as mulheres que estiveram em situação de violência doméstica.

O nível de escolaridade pode ser entendido como potencializador para emancipação feminina, uma vez que em alguns casos as mulheres são dependentes do agressor portanto se submetem as violências. Ao observar a Figura 14, pode-se compreender que cerca de 50% das mulheres tem somente o ensino fundamental, percebe-se também, de modo comparativo, que a temporalidade na educação básica é inferior ao tempo estabelecido. Quantificado em “Outras” estão inseridas as mulheres que são ágrafas¹⁵.

Figura 14– Análise do nível de escolaridade das mulheres em situação de violência, em Jacobina- Bahia (2017-2018)

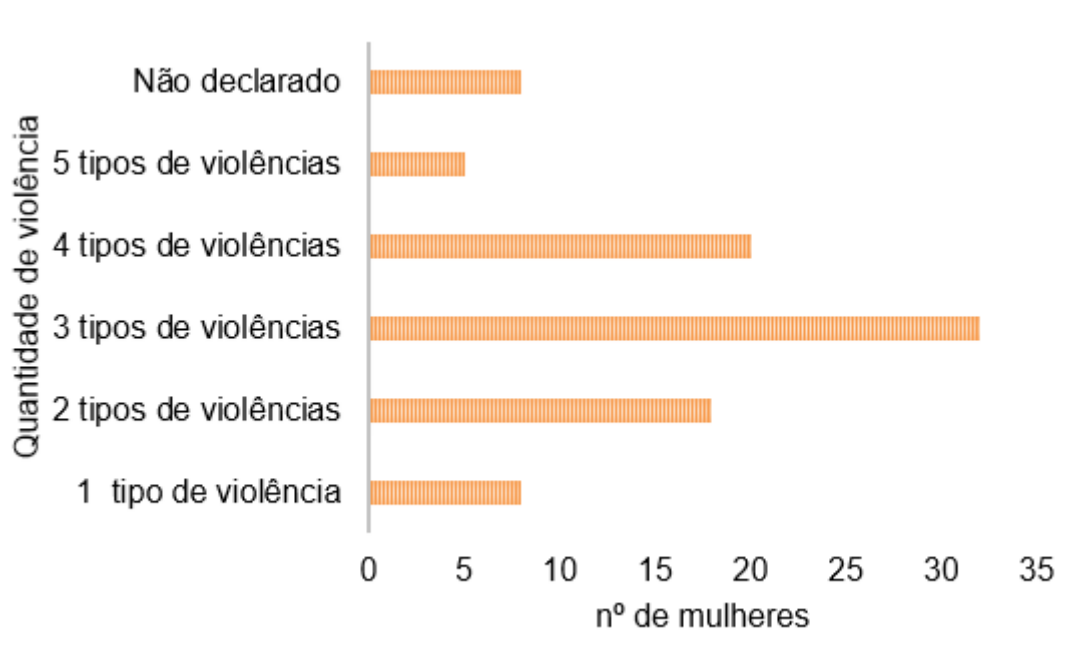


¹⁵ Indivíduo que não possui representação escrita.

Fonte: Base de dados do Centro de Referência Mariene Soares (2017- 2018) por Jamille Ramos (2018).

No que se refere a quantidade de violência sofrida por mulheres (Figura 13), para a análise dos dados trabalhou-se com dados binários para compreender a quantidade sofrida individualmente. Desse modo, constatou-se que a proporção média é de 3 e 5 tipos de violências, tornando-se o mesmo alvo, a partir de diferentes violências. Dentro destas violências, é predominante a violência psicológica, física e moral. De modo comparativo, pode-se notar que a esta porcentagem pode se atrelada as fases de violência estabelecida pelo IMP. Tendo em vista que a Geografia do Crime busca espacializar os fenômenos da criminalidade, esta pode ser fundamentada a partir de padrões espaciais em um determinado tempo. Para Weisel (2012, p.10), “Existem diversos tipos de padrões criminais incluindo os hot-spots, os crimes em série, e os repetidores de ofensas”. O estudo voltado para a vitimização repetida, identificando as dimensões espaciais busca-se compreender a simultaneidade do espaço e o tempo. Nesse sentido, são levados em consideração os mesmos alvos e locais dentro de um recorte temporal (MELO, 2017, p.36).

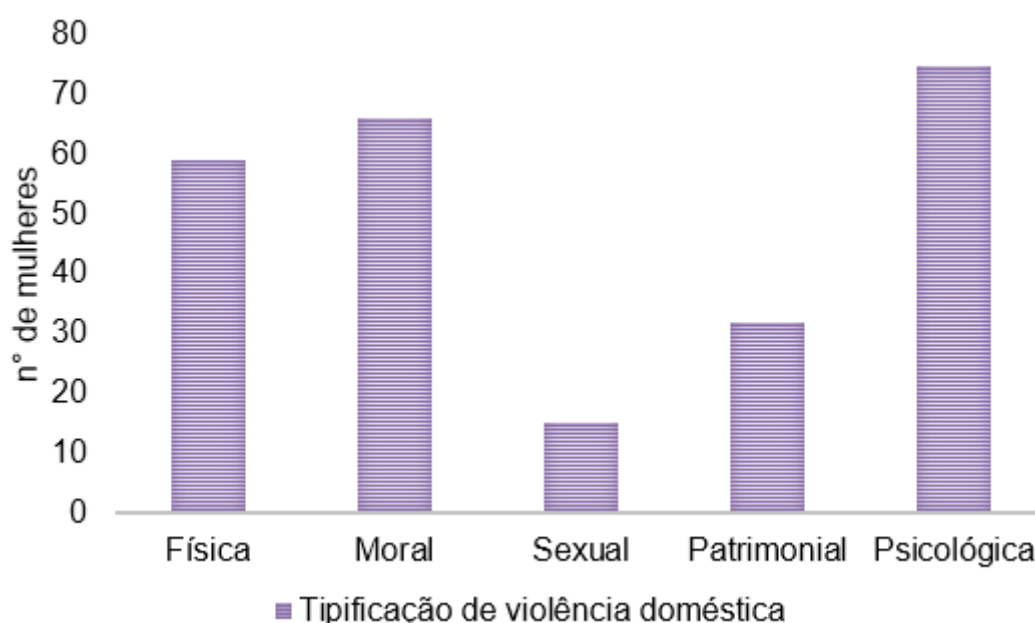
Figura 15 – Quantidade média de mulheres em situação de violência doméstica em Jacobina – Bahia (2017-2018).



Fonte: Base de dados do Centro de Referência Mariene Soares (2017- 2018). Jamille Ramos (2018)

Com base na Figura 15 e 16, observa-se que as mulheres da cidade de Jacobina, sofrem em média cerca de 3 tipos de violências, podendo ser consideradas padrões espaciais em um determinado tempo. Os conjuntos habitacionais demonstram uma taxa elevada no crime de violência doméstica, totalizando um número equivalente a 53 notificações, vale destacar que são os conjuntos habitacionais Lagoa Dourada e Cidade do Ouro. Dentre as 53 notificações, somente 13 mulheres acionaram o CRAM uma única vez. Em médias essas mulheres acionam o CRAM entre 2 a 5 vezes.

Figura 16 – Quantificação absoluta dos tipos de violência doméstica das mulheres em Jacobina – Bahia (2017-2018).



Fonte: Base de dados do Centro de Referência Mariene Soares (2017- 2018). Jamille Ramos (2018)

A Figura 17 demonstra o procedimento adotado para identificar a quantidade e os tipos de violência sofrida por cada mulher individualmente, atrelando aos dados fornecidos números binários, sendo 1 quando a mulher sofre o tipo de violência e 0 quando não existe. A violência sexual se faz presente nas relações instáveis como em casos de separação em que a mulher não possui vínculo com agressor, entende-se como violência sexual “conduta que constranja a presenciar, manter ou a

participar de relação sexual não desejada, mediante a intimação, ameaça ou uso da força” (BRASIL, 11.340/06). A violência doméstica demonstra repetitiva e constante uma vez que esta ocorre no âmbito doméstico, diferentemente de outros crimes quando comparado. “A violência nunca se manifesta de forma única, assumindo diferentes manifestações, permeadas umas às outras” (WASELFISZ, 2015, p. 48-50).

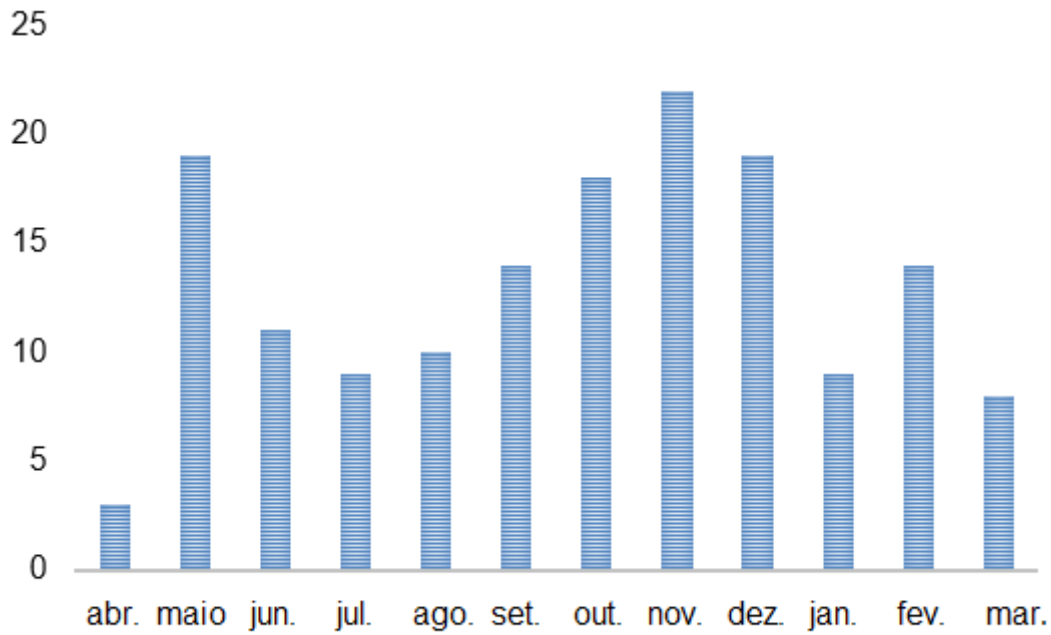
Figura 17 – Demonstração de análise da vitimização repetida das mulheres em situação de violência em Jacobina - Bahia (2017-2018).

Mulher em situação de violência	Física	Moral	Psicológica	Sexual	Patrimonial
M1	1	0	0	0	0
M2	0	1	0	0	0
M3	0	0	1	0	0
M4	0	1	1	0	0
M5	1	1	1	0	0
M6	1	1	1	0	0

Fonte: Base de dados do Centro de Referência Mariene Soares (2017- 2018) por Jamille Ramos (2018).

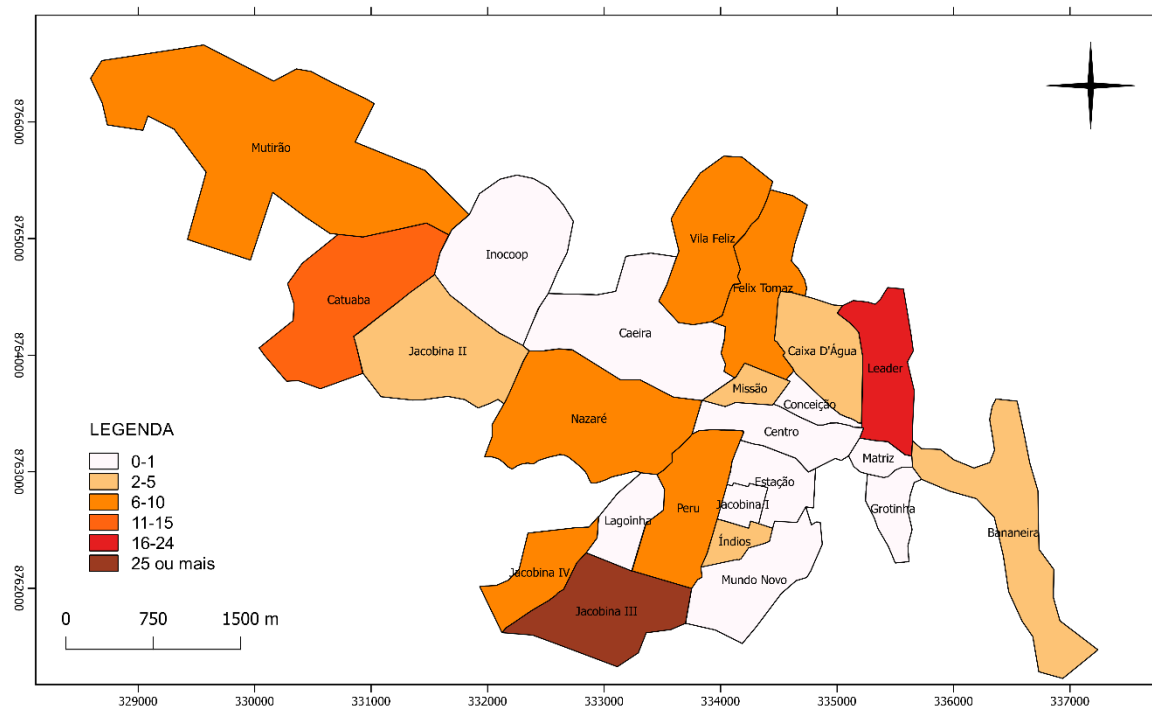
Tendo em vista que a criação do CRAM se efetivou no mês de abril de 2017, a partir dos dados obtidos percebe-se uma linha crescente do ponto de vista mensal (Figura 16). Pode-se destacar que o mês inicial que é abril, é equivalente ao mês 1, possui a menor taxa anual. As maiores notificações taxas estão concentradas no mês de Outubro, Novembro, Dezembro, sendo respectivamente, 7, 8 e 9. O valor absoluto de notificações no CRAM corresponde a 155 notificações, dentro dessas notificações apenas 63 mulheres não retornaram ao CRAM.

Figura 18 – Taxa mensal de mulheres em situação de violência em Jacobina - Bahia (2017-2018).



Fonte: Base de dados do Centro de Referência Mariene Soares (2017- 2018). Jamille Ramos (2018)

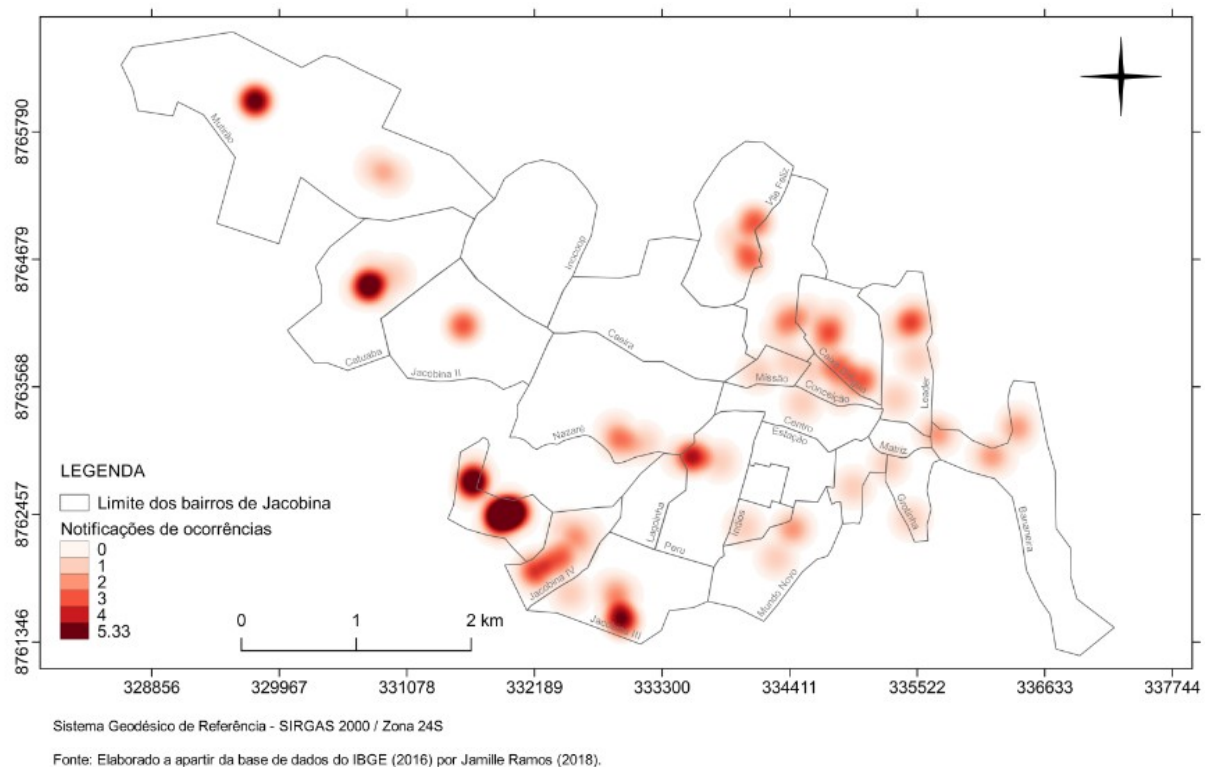
Figura 19 – Mapa de notificação total de violência doméstica nos bairros da cidade de Jacobina- Bahia (2017-2018)



Fonte: Elaborado a partir da base de dados cartográfica do IBGE (2016), por Jamille Ramos (2018).

Analisando a Figura 19, pode-se constatar que os números elevados de violência doméstica se concentram nos bairros afastados do centro, tendo maior principalmente no bairro Jacobina 3, em que concentra um número significativo de conjuntos habitacionais, a área central da cidade de Jacobina, apresenta uma maior ausência de ocorrências do crime, possuindo uma variação de 0 ou somente 1 caso por bairro, no período de 12 meses.

Figura 20 – Mapa de hotspots – Violência doméstica em Jacobina - Bahia (2017-2018).



A Figura 20 apresenta a variação das notificações de violência contra as mulheres mediante pontos quentes ou mapas de hotspots, esta ferramenta tem como base a visualização da ocorrência de um fenômeno a partir de agrupamentos em pontos. Partindo do pressuposto dos questionamentos da criminologia ambiental, em que busca elucidar “Onde?” e “Quando?” aconteceram os crimes, aferiu-se que o bairro da Jacobina 3 apresenta o maior número de notificações das violências apresentadas, totalizando em 53 notificações, dentre essas notificações 18 mulheres recorreram ao CRAM novamente, oscilando entre 2 a 5 vezes. Os pontos mais

quentes representam a maior incidência do crime contra as mulheres, esses crimes estão concentrados nos conjuntos habitacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados referenciais obtidos a partir do formulário do CRAM, o desenvolvido de representações imagéticas e de tabelas foram essenciais para a compreensão dos crimes contra as mulheres em Jacobina, uma vez que, estes possibilitaram espacialização, proporcionando então uma visualização rápida sobre este fenômeno. Sendo o trabalho de base quantitativa a partir de dados absolutos, partindo do pressuposto que os dados disponibilizados pelo CRAM e utilizados nessa pesquisa não possibilitou compreender “os motivos” alegados pelos agressores, tampouco com associar a variação de violência individualmente, uma vez que os dados são sigilosos. Vale destacar que no desenvolvimento do projeto desta pesquisa, visou analisar a violência doméstica sobre as perspectivas raciais, buscando evidenciar como as questões raciais se especializavam na cidade, não sendo possível por limitações dos dados.

No desenvolvimento da pesquisa buscou-se utilizar a base cartográfica da cidade, porém não houve resultados por parte dos serviços da prefeitura, foi disponibilizado somente mapas inseridos no PDDU de Jacobina, produzido em 1996 e datado em 1999, destacando que o mesmo encontra-se em atraso, não podendo ser um referencial cartográfico para a pesquisa pois o mesmo encontra-se em atraso de 9 anos, tendo a cidade sofrido inúmeras transformações, como o expressivo exemplo da construção dos conjuntos habitacionais que ainda não estão inseridos nos documentos.

Esta pesquisa em seu desenvolvimento dialogou com o Ministério Público, na figura da promotora Tarsila Honorata da vara crime na comarca de Jacobina, o presente trabalho será disponibilizado para os órgãos competentes, responsáveis para o combate desse tipo de crime, pois esse foi um dos objetivos específicos. Vale destacar que o Ministério Público tem desenvolvido um trabalho de espacialização de crimes contra as mulheres dando ênfase aos crimes de homicídio, patrimônio (violência e leve ameaça), e violência doméstica, podendo então contribuir como um observatório desse recorte temporal, questões metodológicas, dando respaldo a sociedade.

De modo avaliativo, analisando as limitações da pesquisa e novas inquietações encontradas, o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre a ótica das

questões de gênero na cidade de Jacobina apresentam um leque de novas possibilidades para se debruçar, sendo elas: o aumento no recorte espacial, abarcando o município da cidade; os casos de violência dando ênfase as medidas protetivas a partir da tropa especializada da Ronda Maria da Penha em que busca-se a não revitimização da mulher

Baseando-se no conceito de vitimização repetida, os dados evidenciam que as mulheres que acionam os serviços do CRAM não se concentram na área central, sua predominância se faz nos bairros mais afastados do centro da cidade, ressaltando que os conjuntos habitacionais evidenciam maior repetição da violência doméstica, portanto são consideradas zonas de pontos quentes (hotspots), no entanto, a ausência de notificações em determinados bairros não significam que não há mulheres em situação de violência doméstica.

Através desta pesquisa foi possível constatar a quantidade de vezes em que as mulheres acionaram o CRAM, cerca de 92 casos, o que possibilitou compreender, a partir da denominação de números binários, que a maioria das mulheres sofrem 3 dos 5 tipos de violência. Chama-se atenção também que no centro da cidade reside uma população que detém um alto poder aquisitivo, que não recorrem aos serviços do CRAM. Nesse sentido é necessário pontuar que de modo dedutivo, a falta de notificação de serviços ao CRAM não torna como verdade que as mulheres desta localidade não sofram algum tipo de violência, estas podem sofrer, mas não recorrem ao CRAM.

Dentre as 92 notificações obtidas, dentro da pesquisa buscou-se utilizar somente a figura de indivíduos que possuem/possuíam vínculo de afetividade, lembrando que os cônjuges nas notificações, possuindo em segundo caso os ex-cônjuges e namorado, totalizam em 85 casos, dentre esses casos, 48 mulheres estão em matrimônio.

Quanto ao perfil de mulheres em situação de violência, buscou-se analisar as questões étnicas/cor, e constatou-se em dados absolutos disponibilizados pelo CRAM, que a predominância de mulheres em situação de violência são as mulheres pretas e pardas, tendo nessas duas variáveis a maior porcentagem dos dados. No que se refere as taxas por 10 mil mulheres, as que estão em maior vulnerabilidade são as pretas e indígenas. A faixa etária está centrada em mulheres com média entre 36 anos a 50 anos.

O bairro que possui o maior número de notificações dentre os anos de 2017 e 2018, é o bairro Jacobina 3, comportando 3 conjuntos habitacionais, sendo eles: Lagoa Dourada, Cidade do Ouro e Novo Amanhecer, totalizando em 34,19% dos casos, para melhor análise e como perspectiva para uma futura pesquisa é necessário estabelecer a quantidade populacional a partir dos bairro. Deste modo, o segundo bairro com maior notificação de violência doméstica é o bairro do Leader, com cerca de 10,32% dos casos. A discrepância entre esses dois bairros é cerca de 40 casos a mais. Haja vista que os ambientes residenciais apresentam as questões de domínio patriarcal, em que se tem a figura do homem como figura de poder, as casas são compreendidas como ambientes de disputa de espaço, poder, território e de narrativas, uma vez que, atrelados a estes significados temos a figura comportamental das mulheres que quando transcendem as normas do que se considera feminino sofrem violências.

O mecanismo das desigualdade geram problemas sociais nas mais diversas esferas. Por meio técnico Sistemas de Informação Geográfica pode ser compreendido como potencializador para auxílio do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os crimes contra as mulheres, e maior efetivação do planejamento desenvolvido, possibilitando compreender um fenômeno a partir de uma base cartográfica, como se dá a produção e reprodução espaciais tendo as relações humanas como enfoque. Cabe salientar que o uso dessa técnica de maneira isolada não pode ser atrelada a resolução do problema, sendo necessário o desenvolvimento de políticas públicas em alcance da erradicação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. G.; HADLICH, G. M.; PEREIRA, H. C. A. **Expansão urbana de Jacobina, Bahia, no período de 1969 a 2008**. In: XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. **Anais...**Foz do Iguaçu, 2013. Disponível em:<
<http://marte2.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte2/2013/05.29.00.01.28/doc/p0825.pdf>>
Acesso em: 15 mar. 2018.
- BASÍLIO, J. Urbanização, favela e violência: **A Teoria da Escola Sociológica de Chicago sob a ótica social brasileira**. Revista Transgressões: Ciências criminais em debate. Rio Grande do Norte, v.2, n.1, p. 33-49. 2014. Disponível em:<
<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6649>> Acesso em: 01 nov. 2017
- BATELLA, W. **Contribuições da Geografia aos Estudos sobre Criminalidade**. **Geografia**, vol. 35, n.3, 2010, p. 525-537. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/282503885_CONTRIBUICOES_DA_GEOGRAFIA_AOS_ESTUDOS SOBRE CRIMINALIDADE> Acesso em: 30 set. 2017
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2009. 935 p.
- BORDIN, M. Geografia do Crime em Curitiba: A Produção de espaços segregados pela Violência. 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em:<
https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24125/GEOGRAFIA%20DO%20CRIME%20EM%20CURITIBA_A%20PRODUCAO%20DE%20ESPACOS%20SEGREGADOS%20PELA%20VIOLENCIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acesso em: 07 fev. 2018
- BORGES, R. H. M. et al. Território, Violência e Criminalidade: Uma Análise Geográfica Sobre Os Índices De Homicídios No Bairro Do Paar Em Ananindeua-Pa. In: Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: Geografia, ação política. **Anais...** São Luís. 2016. Disponível em:<
http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468267933_ARQUIVO_Trabalho-Eng-Rafael,Robson,DeniseeLucas.pdf> Acesso em: 03. nov. 2017.
- BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto-Lei nº 3.914, 9 de Dezembro de 1941. Disponível em:
http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf
Acesso em: 06 jun. 2017.
- _____. Lei Maria da Penha. Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- _____. Lei do Feminicídio. Nº 13.104, de 9 de março de 2015.
- BRASÍLIA (Distrito Federal) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Ministério da Justiça e Cidadania. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011a.

BRASÍLIA (Distrito Federal) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011b.

BRASÍLIA (Distrito Federal) Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. **Diretrizes nacionais feminicídio: Investigar, processar e julgar: com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016.

BRASÍLIA (Distrito Federal) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Norma Técnica de Uniformização. Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília, 2006.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995.

CRESWELL, J. W. Pesquisa: Métodos quantitativos e qualitativos. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2ed. Porto Alegre, Artemed, 2007. 125p.

CRUZ, L. M.; SÁ, A. J. Aportes metodológicos ao estudo do crime e da violência no espaço urbano. **Revista de Geografia**, Pernambuco, v. 30, n. 3, p.116-131, out. 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/802/523>> Acesso em: 20 set. 2017.

DASSAN, P. A. A.; GIL, C.; FONSECA, R. S. A nova Criminologia Administrativa. Revista Jurídica v. 3, n. 44, p. 381-410, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Juridica-UNICURITIBA_n.44.18.pdf> Acesso em: 09 jan. 2018.

DINIZ, M. R. F. **Femicídio e violência de gênero: um estudo exploratório sob o olhar da educação**. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/774>> Acesso em: 13 abr. 2018.

FELIX, S. A. DAURA, S. P. Construindo novas metodologias para a espacialização dos indicadores sociais: o caso de Marília/SP. **LEVS**, Marília, UNESP, n. 3, 2009. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/1096/984> Acesso em: 14 jun. 2017.

FEREJOHN, J.; PASQUINO, P. A Teoria da Escolha Racional, na ciência política. Conceitos De Racionalidade em teoria política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 16, n. 45, p.6-24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4328.pdf>> Acesso em: 24 mar. 2018.

FERREIRA, I. C. B.; PENA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 18, 2005, p. 155-168. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp18/Artigo11_Ignez%20e%20Elba.pdf> Acesso em: 05 out. 2017.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R.; As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de administração Pública*, Rio de Janeiro, n, 2, v.44, p. 366-383, mar./abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf> Acesso em: 31 jul. 2018.

JACOBINA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Secretaria. de Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Serviço Prefeitura Municipal de Jacobina, Bahia, 1999. Disponível em:<<http://www.uneb.br/geocienciasjacobina/files/2012/08/PDDU-Jacobina-BA-Vol.-6.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2017. LEFEBVRE. H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

JÚNIOR, R. G. F.; FREITAS, M. H. D. A. Elementos de análise da “cifra negra” na delinquência convencional: uma visão vitimológica. *Revista Espaço Acadêmico*, 2011, v. 11, n. 123, p. 84-92, Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12082> Acesso em: 17 nov. 2018.

LORDE, A. **The Transformation of Silence into Language and Action**. Tradução Associação de Língua Moderna. Chicago, 1977. Acesso em: 09 mar. 2018. Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990. p. 62-136.

MASSENA, R. M. R.; Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.48,n3, p.285-330, jul./set, 1986. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201986%20v48_n3.pdfAcesso em: 17 jul. 2017.

MATIAS, L. F. Sistemas para In[form]ação. **Espaço e Geografia**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 101-118, 2002. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/17/16> Acesso em: 04 jun. 2017.

MELO, S. N. e MATIAS, L. F. Geografia do Crime e Criminologia Ambiental: Teorias da Desorganização Social e Atividade de Rotina. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 11. Anais... Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/2/38.pdf> Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Geografia do Crime e da Violência no Brasil entre 2007 a 2015. *Revista da ANPEGE*, v. 12, n. 19, p. 165, 2016. Disponível em: <ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6377> Acesso em: 01 mar. 2017.

MELO, S. N. **Geografia do Crime: uma análise espacial da criminalidade no município de Campinas**, 2017. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Acesso em: 10 set. 2017 Disponível em: <repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322586/1/Melo_SilasNogueiraDe_D.pdf>

MISSE, M. Violência: o que foi que aconteceu? Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 529, p. 4 - 5, 30 ago. 2002. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Viol%C3%83%C2%AAncia%20o%20que%20foi%20que%20aconteceu.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2017.

MORAIS, V. L. S. **Os discursos legitimadores da violência contra as mulheres em Jacobina (1980-1990)** 2009. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2009.

NATALE, R. **A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo**. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9059_Disserta%E7%E3o%20Raquelli%20Natale%20PDF.pdf> Acesso em: 24 abr. 2017.

NOBREGA JUNIOR, J. M. P. Teorias do Crime e da Violência: Uma Revisão da Literatura, 2014. BIB, São Paulo, n. 77, p. 69-89. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/bib-es-2/bib-77/9984-teorias-do-crime-e-da-violencia-uma-revisao-da-literatura/file>> Acesso em: 11 fev. 2018.

OLIVEIRA, A. P. A eficácia da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica contra a mulher. 2015, 71 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015, Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/851/1/Andressa%20Porto%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2018.

ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. Revista Terra Plural, Ponta Grossa, n.2, v.2, p. 309-322, jul./dez., 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1182/894>> Acesso em: 05 mar. 2018.

PASINATO, W. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645012/0>> Acesso em: 24 maio 2017.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2013, n.2, 314.9-054(81)-C257c

RIBEIRO, D.; Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. v.13, n. 24, 2016. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/108502/feminismo_negro_novo_ribeiro.pdf Acesso em: 09 jul. 2017.

RIBEIRO, M. I. C. **Geotecnologias, geografia e crime: espacialização da violência contra a mulher na área urbana de Porto Velho- Rondônia**, 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIR_7f6391f0cd5fa29c51fce3a0be0d7207> Acesso em: 18 maio 2017.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG. Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, M. A. F. **Criminalidade violenta e contradições socioespaciais na cidade de Uberlândia**. 2012. 473f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15948/1/CriminalidadeViolentaContraDicoes.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SANTOS, V. da S. Relações de gênero em Jaboatão dos Guararapes – PE: desigualdade e violência contra a mulher. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: PELO RESGATE DA CIVILIDADE, 6., 2016, Recife. **Anais...** Recife, 2016. p. 82- 97. Disponível em: <visimposioviomedo.blogspot.com.br/p/anais-do-evento.html> Acesso em: 02 maio 2017.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analyses. In: _____. **Gender and the politics of history**. Tradução Christine Rufino Dabate Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

SERPA, A. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **CIDADES - Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. 17, p.61-75, 2013 Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3235>> Acesso em: 01 jun. 2018.

SILVA, M. G. S. N.; SILVA, J. M. **Interseccionalidade, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Toda palavra, 2014. 360p.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p 77-116.

WASELFISZ, J. J. **Mapa Da Violência 2015 Homicídio de Mulheres no Brasil**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2015. 1ed. Disponível em: < <https://www.mapadaviolencia.org.br/>> Acesso em: 17 mar. 2017.

WEISEL, D.L. Repeat Victimization for Commercial Burglary and Robbery: How Much and Where? Department of Justice, National Institute of Justice, Crime Mapping Research Conference, Dallas, Texas, 200. Tradução Evaristo Ferreira, 2012. Disponível em: <http://www.popcenter.org/tools/pdfs/portuguese/analizando-a-repeticao-da-vitimizacao.pdf> Acesso em: 14 maio. 2018.

ANEXO I – Formulário de atendimento

**FORMULÁRIO DE ATENDIMENTO****I- IDENTIFICAÇÃO:**

1. Nome: _____
- 1.1 Nome Social: _____
2. Apelido: _____ Naturalidade: _____
3. Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos
4. RG: _____ CPF: _____
5. Endereço/Referências: _____
6. Telefone para contato: _____
7. Há outro endereço para localização? () Sim () Não.
Moradia de quem? _____
8. Trabalha? () Sim () Não. Remunerado? () Sim () Não. Ocupação: _____
9. Escolaridade: _____
10. Orientação Sexual: _____ 11. Orientação Religiosa: _____
12. Raça/Cor/Etnia: () branca () preta () parda () amarela () indígena
13. Estado Civil: () solteira () casada () viúva () divorciada () união consensual () ignorado
14. Filhos (as): () Sim () Não Quantos(as)? _____
15. É portadora de alguma necessidade especial, transtorno mental ou psicológico?
() Sim () Não Qual _____
16. Faz uso de Substâncias Psicoativas (lícitas e ilícitas)?
() Sim () Não Qual(is) _____

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	PARENTESCO	ESCOLARIDADE/OCUPAÇÃO

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER

Rua Cel. Galdino César, nº 48, Matriz, Jacobina – BA.

(74) 3622-3488



16. Com quem residem os(as) filhos (as)?

Endereço: _____

17. Considerações sobre os(as) filhos (as) (pessoa com deficiência, uso de SPAs, etc)

18. Recebe pensão alimentícia de algum filho? () Sim () Não.

19. É beneficiária do programa Bolsa Família? () Sim () Não.

20. Tem alguém na casa com benefício do BPC? () Sim () Não

21. É beneficiária de algum outro programa? () Sim () Não Qual(is)?

22. Qual a renda familiar? _____

II- BUSCA PELO SERVIÇO:

1.a - () Espontânea: Como soube do serviço?

b - () Encaminhada: Por instituição de: () Saúde () Segurança () Assistência Social () Justiça
() Educação () Outros? Qual? _____

2. Há quanto tempo reside no município?

3. Frequenta ou utiliza algum serviço?

a. () Centro de Saúde: Qual? _____

b. () Creche. Qual? _____

c. () Escola. Qual? _____

d. () Núcleo de qualificação profissional. Qual? _____

III. CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

1. () Doméstica () no Trabalho () na Rua.

2. () Circunstancial () Continuada.

3. Já ocorreram outros episódios de violência? Qual foi o primeiro?

4. Ciclo da violência em que a mulher se encontra:

a. Construção da Tensão

b. Explosão da Violência

c. Arrependimento do Agressor.

d. Rompimento com o ciclo de violência

e. Histórico de violência no passado



IV. CONHECENDO O AGRESSOR

1. Dados do (a) Agressor (a)

Sexo: _____

2. Quem é o (a) agressor (a)? _____



IV. CONHECENDO O AGRESSOR

1. Dados do (a) Agressor (a)

Sexo: _____

2. Quem é o (a) agressor (a)? _____

Nome: _____

3. Idade: _____ anos

4. Cor / Raça (referenciada): _____

5. Grau de relação e/ou parentesco com o agressor (a): _____

6. O agressor trabalha? () Sim () Não. Ocupação e renda: _____

7. O agressor faz uso de Substâncias Psicoativas (lícitas ou ilícitas)? () Sim () Não. Qual(is)? _____

8. Tem antecedentes criminais: () Sim () Não () Não soube responder

10. Já foi detido: () Sim () Não () Não soube responder

11. Já recorreu a algum serviço/entidade de atenção a pessoas em situação de violência? () Sim () Não

Qual / quais? _____

12. Já prestou alguma queixa policial contra o agressor? () Sim () Não

Se sim, onde? _____ Quantas vezes? _____

13. Você conta com alguém na situação de violência? () Sim () Não

Quem? _____

14. Já se separou judicialmente? () Sim () Não

15. Está recebendo assistência jurídica em outro lugar? () Sim () Não

16. Tipo de Processo:

a. Civil

b. Criminal

c. Outros

d. Não respondeu

V. TIPO DE VIOLÊNCIA:

5.1. **Violência Física** () Sim () Não.

5.1.1. () Leve () Grave () Gravíssima () Incapacitante.

5.2. **Violência Sexual** () Sim () Não.

5.2.1. () Estupro () Tráfico () Exploração Sexual Comercial () Assédio Sexual.

5.2.2. No caso de estupro:

a. Já foi atendida por serviço de atendimento a vítimas de violência sexual para profilaxia do HIV/Aids e contracepção de emergência? () Sim () Não.

b. Violência sofrida há menos de 24 horas? () Sim () Não. (Em caso afirmativo, encaminhar imediatamente à delegacia para registrar boletim de ocorrência)



5.3. Violência Psicológica () Sim () Não.

5.3.1. () intimidação () assédio moral () humilhação () ameaça () tortura psicológica

5.4 Violência Moral () Sim () Não.

() xingamentos () acusação de fatos criminosos () acusação sobre fatos imorais

() difamação com vizinhos e familiares () palavras de baixo calão () apelidos pejorativos

5.5. Violência Patrimonial () Sim () Não

() destruição de bens () furto de bens ou dinheiro () retenção de cartão bancário e documento

VI – HISTÓRICO DO ATENDIMENTO

1. Data do atendimento: ____ / ____ / ____.

2. Data relatada do ocorrido: ____/____/____.

3. Descrição sumária dos fatos:

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.